



**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO**

----- No dia vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo Senhor António Joaquim Almeida Henriques, secretariada pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço, como primeiro e segundo secretários. A Sessão teve início às nove horas e trinta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António Fernando Correia de Campos (justificada), José Hélder do Amaral e Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto (justificada). -----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após verificação das faltas dos Senhores Deputados, acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Bom dia a todos, vamos dar início à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Já temos quórum. Começava por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Jornalistas e o Público presente. Vamos então dar início aos nossos trabalhos. Antes de dar início aos nossos trabalhos, eu tinha uma proposta para fazer. Como é hábito, iríamos manter esta boa tradição de fazermos a Comemoração do Vinte e Cinco de Abril numa freguesia rural, como temos feito. Eu tenho uma proposta em cima da Mesa, que me foi entregue pelo Senhor Presidente da Junta de Silgueiros. Portanto, a proposta que eu fazia à Assembleia, era que a nossa Sessão Comemorativa do Vinte e cinco de Abril, se realizasse na freguesia de Silgueiros. Perguntava se alguns dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este assunto e se alguém se opõe a esta proposta. Vou considerar que ela está provada por unanimidade. Em relação ao tema, como sabem, nós temos sempre a preocupação de procurar algo diferente para a Comemoração do Vinte e Cinco de Abril. A ideia que me ocorreu e queria pôr à consideração dos Senhores Deputados, era a seguinte: Nós se calhar já temos que fazer um esforço grande para nos lembrarmos de quem foram os nossos Deputados na Constituinte e talvez fosse interessante, até porque alguns deles felizmente ainda são vivos, fazer esta Sessão Comemorativa do Vinte e Cinco de Abril da Assembleia Municipal, focalizada no papel que a Constituinte teve para a consolidação da democracia em Portugal. E convidar todos os Deputados, que foram Deputados no Círculo Eleitoral de Viseu na Constituinte a juntarem-se a nós, numa “mesa redonda” que faríamos sobre esse tema. Portanto, era uma ideia que eu queria colocar á consideração dos Senhores Deputados. Se acham que seria uma forma interessante de o fazermos. Enfim, como sabem nós temos tido sempre o cuidado de trazer algum elemento novo a estas Comemorações do Vinte e Cinco de Abril. No caso concreto, penso que era interessante, porque não tenho memória de que alguma vez se tivesse feito a abordagem da consolidação do Vinte e Cinco de Abril, com o papel que a Assembleia Constituinte teve. Por outro lado, era uma forma de voltarmos outra vez a recordar viseenses que tiveram papel decisivo, porque fizeram parte de uma Assembleia Constituinte, no momento do decisivo que teve um papel fundamental



para a consolidação de Abril. A Constituição de Abril, foi a Constituição que permitiu corporizar, digamos assim, todos os valores que sobressaíram da Revolução. Eu pergunto se estão de acordo com esta metodologia, ou se estão em desacordo, pergunto antes assim. Também já consultei os Líderes das bancadas e todos acharam a ideia interessante. Então se estiverem de acordo a Sessão do Vinte e Cinco de Abril, vai ser em Silgueiros e o modelo será o habitual, cada elemento de cada Grupo Parlamentar usará da palavra e o Presidente da Assembleia Municipal e teremos também uma “mesa redonda” com os antigos Deputados à Constituinte do Círculo Eleitoral de Viseu. Aproveitava também, para dar a informação de que estamos a preparar a Assembleia Municipal Jovem, que vai decorrer em princípio na segunda semana da Páscoa, portanto, vai decorrer bastante mais cedo daquilo que é habitual. Eram estas as informações que eu tinha para dar. A lista da correspondência expedida e recebida, penso que também já foi distribuída, qualquer informação suplementar podem pedir aos serviços. Em relação à Acta da Sessão anterior, eu perguntava se há alguma questão que queiram colocar. Não tenho ninguém a pedir a palavra, portanto, eu iria colocar a Acta à votação. A Acta foi aprovada com uma abstenção. -----

- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, três exemplares das revistas número cento e sessenta e quatro referente a Dezembro e número cento e sessenta e cinco referente a Janeiro de dois mil e oito; Remete ofício sobre o “Projecto de Lei número quatrocentos e trinta e um barra dez – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais; Remete Circular n.º seis barra dois mil e oito-PB com três assuntos: “Terceira alteração à Lei que estabelece o quadro de competências, assim como o regime de funcionamento dos Órgãos dos Municípios de das Freguesias” – “Alteração à Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais” – “Alteração à Lei que estabelece o quadro de competências, assim como o regime de funcionamento dos Órgãos do Municípios e das Freguesias”; Remete ofício com envio de documento sobre “Projecto de Lei número quatrocentos e trinta e um barra dez – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais”; Remete ofício sobre Revisão do Mapa Judiciário, disponível no site da ANMP. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete ofício em resposta ao Senhor Dr. Ribeiro de Carvalho, com o envio de registos informativos de todos os processos judiciais; Remete vários convites à Assembleia Municipal; Ofício com o envio de Deliberação – Projecto-Lei número quatrocentos e trinta e um barra dez – Lei Eleitoral dos Órgãos Autárquicos (alterações); Remete assunto para ser agendado da Sessão de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito “Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão”; Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a Actividade Municipal e situação financeira. -----

- O Bloco de Esquerda remete ofício sobre “Finanças Municipais (Derrama e TMDP)” e pede divulgação pelos grupos Municipais, as duas propostas apresentadas na sessão; Remete um conjunto de alterações sobre – Projecto-lei número quatrocentos e quarenta e cinco barra dez. -----

- O Senhor Deputado Jorge Adolfo de Meneses Marques comunica que renúncia ao mandato de Deputado Municipal. -----

- O Senhor Deputado Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva remete ofício para justificação de falta à Sessão de vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete. -----

- A Escola Profissional de Torredeita remete revista com o título “Evoluir aprendendo”. --



- O Teatro Viriato remete ofício com programação para o próximo trimestre. -----
- O Senhor Duarte José do Couto Correia Coelho solicita documento comprovativo onde conste o cargo que desempenhou em dezassete de Junho de mil novecentos e oitenta e um a dois de Janeiro de dois mil, como representante dos Presidentes da Junta na ANMP. -----
- A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão envia resumo geral dos acordos estabelecidos sobre Central de Valorização Orgânica. -----
- O Município de Seixal remete texto da moção aprovada pela CMS em que manifesta desacordo quanto à forma e conteúdo do projecto-lei n.º quatrocentos e trinta e um barra dez – Lei Eleitoral dos Órgãos Autárquicos Locais (alterações). -----
- O Ministério da Saúde (Gabinete do Presidente) acusa recepção da Moção da AM e comunicam que o ofício foi remetido à Administração Regional de Saúde Centro. -----
- O Senhor Deputado Jorge Alberto da Silva comunica que renuncia ao mandato. -----
- O Sindicato dos Professores Região Centro remetem ofício sobre “Verbas para a requalificação do Parque Escolar, na região centro, não chegam para um terço das necessidades”. -----
- O Senhor Deputado Pedro Carvalho Ruas comunica que não pode estar presente no dia vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito, na Sessão da Assembleia Municipal, pelo que requer a suspensão do mandato por trinta dias. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dado conhecimento por via oficiosa à Câmara Municipal de Viseu, de todas as deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete. -----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----
- Por via oficiosa informou-se o Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho, sobre os registos informativos de todos os processos judiciais dos últimos cinco anos. -----
- Foi remetido ofício ao Senhor Presidente da Câmara Municipal com cópia da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Martins Amaral Lourenço na Sessão do dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, para efeitos tidos por convenientes e para conhecimento. -----
- Foi remetido ofício para o Administrador da Administração Regional de Saúde do Centro, com cópia da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Martins Amaral Lourenço na Sessão do dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, para efeitos tidos por convenientes e para conhecimento. -----
- Foi remetido ofício para o Senhor Ministro da Saúde, com cópia da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Martins Amaral Lourenço na Sessão do dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, para efeitos tidos por convenientes e para conhecimento. -----
- Foi remetido via oficiosa um convite ao Grupo Parlamentar do PSD, para indicar um representante para participar num debate a realizar nesta Assembleia, no próximo dia um de Fevereiro pelas dezassete horas, no Solar dos Peixotos em Viseu. -----
- Foi remetido via oficiosa um convite ao Grupo Parlamentar do PS, para indicar um representante para participar num debate a realizar nesta Assembleia no próximo dia um de Fevereiro pelas dezassete horas, no Solar dos Peixotos em Viseu. -----
- Foi remetido ofício para a AVIS a agradecer o convite para elaborar um texto a inserir no “Álbum evocativo da personalidade e obra de D. António Alves Martins”. -----
- Foi remetido ofício ao Senhor Presidente da Câmara a informá-lo que o Senhor Deputado Municipal Jorge Adolfo de Meneses Marques do Grupo Parlamentar do Partido Socialista renunciou ao Mandato, foi substituído por o Senhor Deputado Jorge Alberto da



- Silva. -----
- Foi remetido ofício ao Partido Socialista a informar que o Senhor Deputado Municipal Jorge Adolfo de Meneses Marques do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, renunciou ao Mandato, foi convocado o Senhor Deputado Jorge Alberto da Silva. -----
 - Foi remetido ofício ao Senhor Deputado Jorge Alberto da Silva, a comunicar que faz parte do Grupo Parlamentar Socialista em representação neste Órgão Autárquico, devido à renúncia ao mandato do Senhor Deputado Jorge Adolfo de Meneses Marques. -----
 - Emitimos Declaração para o Senhor Duarte José do Couto Correia Coelho, como Deputado Municipal nesta Assembleia e representante dos Presidente de Junta de Freguesia do Concelho de Viseu na ANMP de dezassete de Junho de mil novecentos e oitenta e um a dois de Janeiro de dois mil. -----
 - A Assembleia Municipal de Viseu convida todos os Deputados a participar num debate “Projecto de Lei Eleitoral para as Autarquias Locais”, com a participação dos Senhores Deputados, Luís Montenegro do PSD e Mota Andrade do PS. -----
 - Foi remetido ofício – convocatória aos elementos da Comissão de Cultura da AM. -----
 - Foi remetido ofício ao Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Bento Madeira Antunes a comunicar que o Senhor Deputado Jorge Alberto da Silva renunciou ao mandato, ficando agora este a representar o Órgão Autárquico. -----
 - Foi remetido ofício ao Partido Socialista a comunicar que o Senhor Deputado Municipal Jorge Alberto da Silva renunciou ao Mandato. Foi convocado o Senhor Deputado Municipal Pedro Agostinho da Silva Bento Madeira Antunes para tomar parte deste Grupo Parlamentar do partido Socialista. -----
 - Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, o Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e cinco de Janeiro de dois mil e oito, para afixação na sede das mesmas. Igualmente foi remetido aos partidos políticos, a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----
 - Foi enviado via oficiosa aos Líderes Parlamentares a Actividade Municipal. -----
 - Foi oficiado ao Senhor Presidente do Conselho da Administração do Hospital de São Teotónio a versão final do Relatório da Comissão de Saúde e Assunto Sociais aprovado em reunião de vinte e sete de Dezembro de dois mil e sete. -----
 - Foi oficiado ao Senhor Deputado Municipal José Pedro Ferreira da Cunha que passa a substituir o Deputado Municipal Pedro Carvalho Ruas por um período de 30 dias nesta Assembleia. -----
 - Foi oficiado ao Partido Social-Democrata a suspensão de Mandato do Senhor Deputado Municipal Pedro Carvalho Ruas. Foi convocado a substituí-lo o Senhor Deputado Municipal José Pedro Ferreira da Cunha por um período de trinta dias. -----
 - Foram endereçadas Convocatória e respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores Presidentes e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, Director Financeiro da Câmara Municipal de Viseu, convidando-os para a primeira Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal no dia vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito. -----
 - MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vamos então passar ao “Período Antes da Ordem do Dia”, eu pedia aos Senhores Deputados que me entregassem a lista das pessoas que vão intervir neste período. Então vamos começar dando a palavra ao Senhor Deputado António Vicente para começar o “Período Antes da Ordem do Dia”. -----
 - UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE FIGUEIREDO (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “A dezoito deste mês, passaram duzentos anos sobre o Nascimento de Dom António Alves Martins. Eu inicio esta intervenção com uma citação “Ante uma figura tão apaixonante, ante a memória de um Príncipe da Igreja que eu ao morrer apenas tinha para vestir uns velhos calções de saragoça, não há



objectividade que não corra perigo”. Citei uma expressão duma brochura que foi editada em mil novecentos e oitenta e dois, quando se comemorou o centenário do seu falecimento, uma edição da Assembleia Municipal de Viseu. Provavelmente os Senhores Deputados poderão não ter conhecimento, este livro já desapareceu do mercado. Eu tenho este exemplar e é conveniente começar exactamente esta intervenção com uma citação desta edição. É sobre este cidadão, estadista e padre, nascido na Granja de Alijó, em dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e oito e falecido em Viseu, no Paço do Fontelo, a cinco de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e dois, que centro a minha intervenção. Não me sentindo capaz de dissertar sobre o cidadão e o sacerdote, por manifesta falta de tempo, limitar-me-ei a enumerar apenas algumas etapas da sua carreira política. O seu envolvimento na actividade política surgiu logo após a Revolução Liberal de mil oitocentos e vinte, vindo a aderir à causa da revolta militar do Porto e devido às suas ligações à Ordem Terceira, assentou praça no regimento de voluntários de Alijó. Sendo-lhe instaurado um processo no tribunal secular, recolheu-se aos claustros. Dom António Alves Martins candidatou-se e foi eleito deputado, pela primeira vez, pelo círculo eleitoral de Trás-os-Montes, no ano de mil oitocentos e quarenta e dois, distinguindo-se pela sua inquebrantável independência, pela austeridade de suas opiniões e pela firmeza de seus princípios. Em Novembro de mil oitocentos e sessenta e dois tomou posse do Bispado de Viseu, facto que não o impediu de participar, activamente, na vida política da Nação. E foi assim que, em mil oitocentos e sessenta e sete, surge a chefia do Partido Reformista, que se reclamava de esquerda do espectro partidário e que se opunha ao governo regenerador de Fontes Pereira de Melo. Foi também ministro do Reino em dois momentos diferentes: de Julho de mil oitocentos e sessenta e oito a Agosto de mil oitocentos e sessenta e nove e de Agosto de mil oitocentos e setenta a Janeiro de mil oitocentos e setenta e um. No exercício da sua actividade política cabe-lhe ter sido um dos impulsionadores deste Partido Reformista, saído do movimento revolucionário conhecido por “A Janeirinha”. Foi este movimento que colocou no poder o primeiro governo reformista, sendo entendido, na época, como uma “acentuada guinada à direita em relação aos rumos do movimento”. Em Novembro de mil oitocentos e sessenta e nove, uma comissão de apoiantes do Bispo de Viseu dirige-lhe uma mensagem neste termos: «é mister que o partido de Janeiro, que é o do país, se una e fortifique”. E ele bem tentou criar um partido nacional, que congregasse as diferentes facções partidárias, para resolver a instabilidade governativa e a crise económica que o país atravessava, e de que o povo era o primeiro e principal prejudicado. Foi, até morrer, “um liberal convicto e militante, um puro democrata, frequentemente situado à esquerda dos partidos, aliás como ele mesmo deixou escrito e cito: “Como português, não podíamos ser insensíveis aos males sofridos pelo mais bondoso povo da Terra. Confessamos a nossa decidida simpatia pela sua nobre causa...” e porque era liberal, foi perseguido, preso e condenado ao fuzilamento no Largo de Santa Cristina, onde se ergue hoje o monumento em sua memória. Foi um lutador pela implantação da Liberdade em Portugal, irreverente e frontal, capaz de dizer, olhos nos olhos, alto e bom som, aquilo que todos comentavam em segredo, baixinho. E dizia-o ao próprio rei, se necessário fosse. Mas uma das facetas mais dominantes da sua personalidade, que se reflectia no seu comportamento político, tem a ver com o seu carácter, carácter de beirão, muito embora sendo transmontano, que se manifesta quando traça o perfil do político: “uma cabeça verdadeiramente política deve ser fria como uma pedra, jamais entrando em seus cálculos ou afeições ou ódios pessoais”, citei. O seu espírito de tolerância, de abertura, de respeito por quantos, de boa fé, militavam à sombra de uma bandeira que não era a sua, é revelador do carácter dum homem, com coragem, que passou pela política num tempo particularmente difícil, mas que não se apegava ao poder, que soube sair quando não concordava com as políticas seguidas e soube ser humilde, o suficiente para rejeitar cargos e honras a que não dava grande importância. Foi também um patriota, com um



coração do tamanho do mundo, atento ao desenvolvimento, à felicidade e ao progresso da sua terra, como ficou demonstrado na solução que encontrou para o liceu de Viseu, a funcionar, em mil oitocentos e quarenta e nove, em duas salas escuras e húmidas do Seminário de Santa Cristina. O liceu definhava, sem condições, e apesar das muitas petições enviadas aos diferentes ministérios, a resposta não chegava. Vivia-se um tempo de instabilidade política e foi então que o Bispo de Viseu chamou a si a questão. Primeiro cedeu todas as salas do antigo Paço dos Três Escalões, hoje Museu Grão Vasco, onde funcionavam vários serviços públicos, para aí se instalar o Liceu. Depois concedeu avultadas verbas para ali se realizarem as adaptações necessárias para funcionar uma escola. Finalmente, elevou o Liceu de Viseu à categoria de 1.^a classe, curiosamente nas vésperas da sua saída do governo. Indignou-se ainda contra o decreto de Joaquim António de Aguiar que extinguía as Ordens Religiosas em Portugal e o “modo bárbaro”, foi a expressão que ele utilizou, como o decreto foi aplicado. E foi ainda o principal responsável pela reforma do ensino dos seminários. Quando se espalhou pela cidade a triste notícia do seu falecimento, grandes e pequenos, sem distinção, choraram a sua morte. O comércio e os serviços fecharam as suas portas e uma multidão acompanhou o corpo, desde a capela de Santa Marta, no Fontelo, onde esteve em câmara ardente, até à Sé, onde se celebraram solenes exéquias. Morreu pobre, numa manhã de domingo, dia cinco de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e dois, deixando-nos como legado “ o mais nobre exemplo de inteireza moral, de patriotismo de desprendimento, de amor ao próximo, à Justiça e à Liberdade. Em tudo foi grande: como prelado, como estadista, como cidadão”. E acabei de citar Alexandre Alves, que foi exactamente o autor desta brochura numa conferência que foi então proferida aquando do centenário do falecimento de Dom António Alves Martins. No seguimento das minhas palavras, faço uma Proposta de Recomendação. Em mil novecentos e oitenta e dois, quando perfaziam cem anos sobre a apresentação de Dom António Alves Martins na Sé de Viseu, e no ano em que decorreu o primeiro centenário do seu falecimento, esta magna Assembleia, tomou a iniciativa de promover uma sessão solene e evocativa, convidando o Doutor Alexandre Alves para proferir uma conferência sobre a personalidade do Bispo de Viseu. Posteriormente, assumiu a edição de uma brochura com uma palestra proferida pelo insigne investigador. No ano em que se comemora o bicentenário do nascimento de Alves Martins, e pese embora o facto de outras instituições, como a Secundária Alves Martins, que tem um programa que está a decorrer, com o apoio da Câmara Municipal. Muito embora estas instituições tenham organizado um conjunto de actividades, que pretendem assinalar esta data, é importante que a Assembleia Municipal e o Executivo Camarário, dêem um sinal aos cidadãos deste conselho, de que não se esquecem das personalidades que enobreceram a nossa terra. É importante que se conheça o cidadão que tomou Viseu, como sua pátria adoptiva, que foi um testemunho de desapego e de pobreza, que exerceu influência benéfica na cidade e na diocese de Viseu, elevando o seu nível intelectual, moral e material; é importante que se evoque esta enorme figura do Homem da Igreja e do Estadista, para que as gerações presentes e futuras, conheçam o seu pensamento político e o seu carácter humanista. Na sequência dos pressupostos antes enunciados, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, apresento uma Proposta de Recomendação à Câmara e à Assembleia Municipal, para que unam esforços e até final de dois mil e oito, promovam uma conferência, onde seja evidenciada a figura de Dom António Alves Martins, como cidadão, como político e como sacerdote. Que seja também equacionada a possibilidade de editar, em brochura, as comunicações apresentadas nessa conferência, à semelhança do que se fez na evocação do primeiro centenário da sua morte.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “ A Proposta apresentada está à discussão, pergunto se algum dos Senhores Deputados se pretendem inscrever neste ponto. Portanto, não tenho nenhuma inscrição, vou pôr à



votação. A Proposta foi aprovada por unanimidade. A seguir dou a palavra ao Senhor Deputado Madeira Antunes.” -----

- DOIS – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS) - Usa da palavra para responder do seguinte modo.”Não tenho um discurso escrito, normalmente gosto de falar com palavras um bocadinho mais soltas. Vinha aqui exortar a Assembleia e a audiência, que hoje vejo ali, por exemplo, duas pessoas participativas, enquanto cidadãos desta terra, a reflectir sobre uma matéria que considero da maior relevância. Desejava dar os parabéns à Câmara Municipal de Viseu, na pessoa do Senhor Presidente, pela classificação do nosso concelho no ranking sobre o bem-estar e qualidade de vida, enfim o índice IQV, como eles o designaram, elaborado pelo observatório para o desenvolvimento económico e social da Universidade da Beira Interior. Viseu ficou num honroso sexagésimo terceiro lugar. Enfim, as minhas palavras se bem ache que não consegui o tom, apesar de tudo o tentava proferi-las com um pouquinho de ironia, porque gostava de fazer o contraponto com um estudo ainda recentemente elaborado pela DECO, um estudo da mesma natureza em que colocava o nosso Município em primeiro lugar. Portanto, nitidamente há aqui uma decalage - primeiro lugar/sexagésimo terceiro. Porquê? Eu acho que é importante reflectirmos “o porquê” dessa diferença. Porque é que de repente caímos na tabela classificativa em termos de qualidade de vida. Independentemente das metodologias que estão um bocadinho diferentes, ou bastante diferentes; por exemplo a da Universidade da Beira Interior é significativamente mais científica, tendo por base muitos valores do anuário estatístico, enquanto a outra reflecte um inquérito a uma amostra relativamente reduzida. Mas independentemente dessa diferença metodológica, o que se nota é que este último estudo traz também de uma maneira significativa as questões da dinâmica socio-económica. O dinamismo socio-económico e as questões de actividades económicas. De facto, quando se equacionam também estas vertentes, como eu há pouco dizia, enfim, na gíria futebolística, “Viseu cai na tabela”. De facto, Viseu é uma cidade aprazível, aliás, admito isso, mais do que admito, acho que Viseu é das cidades mais bonitas, se não a mais bonita deste país, nisso sou suspeito, como viseense. Já agora dirijo-me ao meu ex-professor, os meus parabéns, porque o parque linear, dá-me a ideia que vai nascer ali com uma... O que se vê já é bonito para se adivinhar ali qualquer coisa. Por fora tudo é bonito, ajardinado, sobretudo na cidade. Eu diria que esta qualidade de vida é epidérmicamente concentrada. Epidérmica em termos de paisagem e vivência urbana. Agora, desculpem este estereótipo um bocado machista, retrógrado, que eu próprio não gosto de usar, eu atrever-me-ia a dizer que Viseu é uma “cidade loira”. Todos compreenderão esta metáfora e perdoam-me a expressão as senhoras. Se nós atendermos às actividades económicas e às forças motrizes que poderão sustentar o desenvolvimento, vejamos aquilo que toda a gente nesta sala sabe, Por exemplo a indústria? Nos últimos vinte anos, quantas indústrias foram criadas neste concelho? Enfim, todas as pessoas têm isso em conta, também não é agora pela mão-de-obra barata que podemos ir lá. A agricultura, é o que é também em termos nacionais, aqui eventualmente com a rica excepção do “Vinho do Dão” ou um pouco de floresta que ainda assim está mal explorada. Relativamente aos serviços, todos sabemos, fugiram, alguns extinguiram-se e depois outros, há o “Simplex”, há a “Internet”, é o que é. Relativamente ao comércio, eu na quinta ou na sexta-feira, custou-me passar na Rua Direita e ver que os únicos transeuntes eram os comerciantes que estavam no limbo das portas a conversar uns com os outros, custou-me muito e a partir do dia quinze de Abril, enfim, isso vai enfatizar-se. A construção civil que, desculpem a expressão um bocado forte era um “maná” no concelho em termos de actividade económica, está de facto num estado... Decrescendo, como todos sabermos. Viseu será reconhecido por alguma actividade económica? Até aqueles de excelência, que ultimamente se ouvem falar, como Aveiro é por exemplo das telecomunicações, Braga é do software, Coimbra da saúde... Viseu é conhecido por



alguma actividade? Eu sei que não é só da Câmara esta responsabilidade, é de todos nós, é também da Administração Central, é de todos. Viseu é conhecido por alguma coisa? Enfim, eu não quero utilizar a metáfora das rotundas, mas Viseu é conhecida de facto, por ser bonita e toda a gente que aqui vem diz isso, reconhece-o. Todos os que entram nesta cidade, reconhecem que é bonita. Ainda agora pelos vistos, não percebi muito bem, vão criar mais espaços ajardinados, a propósito da vinda da selecção. Já agora, queria dar os parabéns, porque acho que isso é mesmo significativo. Julgo que foi uma grande vitória para o nosso concelho, dum trio: foi a Câmara Municipal de Viseu, foi uma grande empresa da nossa região e foi sobretudo catalizado, enfim é meu chefe, meu líder, eu não quero dar graxa, até porque o Senhor Doutor sabe que eu sou dos que não dão graxa, pela Associação de Futebol de Viseu. Eu agora chamo a atenção da plateia, quais são neste momento os grandes factores de empregabilidade e de forças motrizes no concelho? É a Câmara Municipal de Viseu, é o Hospital, é o Instituto Politécnico, muito mal acarinhado, pelas outras forças vivas e é a tal grande empresa, ainda agora consubstanciada na construção do “mega centro comercial”. Acho que estas coisas têm que ser cambiadas, têm que ser mudadas. Não me viro só para a Câmara, viro-me também para os Deputados, para a audiência, para pessoas que participam em termos de cidadania e outros, toda a gente. Isto tem que mudar e em termos daquilo que nos traz aqui, tem de haver novas políticas urbanas, de uma outra geração, viradas para aquilo, enfim, que agora são um bocado lugares comuns, mas não deixam de ser relevantes, como a questão das tecnologias, o conhecimento, a criatividade, as tais cidades criativas e sobretudo uma cidade aberta e sublinho cidade aberta. Viseu teria todas as condições para o tal desenvolvimento sustentável. Na vertente ambiente, não quer dizer que as coisas estejam todas bem, porque Viseu tem um grande problema em termos ambientais, das águas residuais e o Senhor Doutor sabe muito bem, a questão dos esgotos, é ou não é verdade? Ainda um dia hei-de trazer essa aqui com força. Isso é um grande problema ambiental, mas de resto em termos de ambiente e paisagem urbana, no centro não tanto, longe disso. Nas aldeias, Viseu a esse nível, enfim, tirando aquela grande excepção, dá algumas cartas. Depois a vertente socio-económica, que não depende só da Câmara, longe disso, dizem que a Câmara devia ser actor, catalizador. Viseu de facto, tem de ir ou enfim, dirigir-se para um verdadeiro movimento sustentável. Para concluir, vou utilizar uma frase da moda que fica bem nestes discursos, mas eu acho que é bom acabar com ela, tem a ver até com mudança. Então utilizando o anglicismo, ou americanismo, se nós podemos mudar, se nós podemos ir para um verdadeiro desenvolvimento, ambientalmente sustentável, mas também na vertente económica e social “yes you can”. -----

MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) -

Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu gostaria de colocar aqui algumas questões, mas em primeiro lugar, queria congratular-me pela presença do novo Membro nesta Assembleia. Pedia desculpa também à Senhora Deputada, mas como nós não nos atrevemos a distinguir as mulheres pela cor do cabelo, nem a sua inteligência e por isso respeitamos a diferença. Até estamos no ano das igualdades, também igualdade no sexo. O Senhor Deputado ou o Senhor Membro desta Assembleia, como é de um partido que defende essa igualdade essas disparidades, penso que não cai bem vir aqui procurar denegrir a imagem de Viseu, introduzindo uma similitude, ou uma analogia com algumas mulheres loiras e por isso fica mal as mulheres de Viseu loiras, as mulheres do País. Era conveniente no futuro, arranjar outra terminologia. Começava também por lhe dizer, quanto ao estudo, o Senhor pode ficar com o estudo, porque esse estudo, conforme diz tem a ver com o modelo de crescimento económico. Nós rejeitamos linearmente esse modelo de crescimento económico. O tal estudo que coloca em primeiro lugar Albufeira. Fique com o crescimento de Albufeira, com o desenvolvimento de Albufeira, Nós não queremos



Albufeira em Viseu. Por sua vez, gostaria também de terminar com uma situação, que aí congratulo-me consigo e elogio-o pela capacidade que teve como socialista de criticar o seu governo em vários parâmetros: na empregabilidade, no social, na actuação, no desenvolvimento desta região do interior. Como teve essa capacidade, aí gostaria de o elogiar porque conseguiu dizer que este governo já não é um oásis no interior.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Madeira Antunes, para usar o direito de resposta. -----

- **QUATRO – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS)** – Usa da palavra para responder do seguinte modo: “Eu peço desculpa à plateia e sobretudo às Senhoras se não ficou bem evidente o que é que eu queria dizer com aquela metáfora. A última coisa que eu quero ser, ou uma das últimas certamente, é ser machista. Então venho aqui enfatizar o meu pedido de desculpas, porque foi uma maneira fácil, como eu acho que reconhece, de fazer uma comparação, mas se calhar não foi a melhor expressão, sobretudo eu que até não sou machista. Eu acho que até sou ao contrário e então peço desculpa às senhoras se exagerei. Agora em relação às questões de eu ter criticado este governo, estou aqui a falar sobretudo numa Assembleia Municipal. Para já sou independente e isso que fique claro! Mas independentemente disso, que até defendo realmente este governo, também que fique claro! Defendo assazmente este Governo. Eu estou aqui numa Assembleia Municipal e como tal, as minhas críticas foram proferidas naquilo que pode fazer despoletar quem pode fazer algo de políticas municipais naquele sentido. Claro que as políticas económicas e sociais, sobretudo as económicas são de mais difícil resolução por parte da Autarquia. De facto, mostra-se à evidência que não tem havido catálise a esse nível, por parte desta vereação e por parte do governo autarca actual.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, usa da palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “Senhor Deputado só quero fazer-lhe uma correcção, nesta Assembleia Municipal, todos os Deputados que fazem parte dela foram eleitos em listas de partidos políticos. Não houve nenhuma lista de cidadãos que tivesse eleito qualquer Membro para esta Assembleia Municipal. Portanto, não há aqui Deputados independentes. Há Deputados eleitos por listas dos partidos. Dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Simões.” -----

- **QUATRO – SENHOR DEPUTADO LUÍS MANUEL FERNANDES SIMÕES (PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: Perante a consumação da tragédia e sem qualquer vislumbre de bom senso, ponderação da palavra e de conhecimento concreto daquilo de que falava, o Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional proferiu no passado dia dezoito de Fevereiro, declarações que visavam, em substância responsabilizar as Autarquias pelas cheias da madrugada e manhã desse mesmo dia e que afectaram zonas da região da Grande Lisboa, e dos concelhos de Santarém e Setúbal. Antes de mais quero, enquanto cidadão, solidarizar-me com as populações atingidas pelas cheias. Faço votos para que quem tem competências e obrigações nos diferentes patamares do poder, tendo falhado uma vez mais nas tarefas de prevenção do risco, demonstre competência e eficácia na tomada de medidas e na promoção de acções conducentes à minimização dos danos causados. Mas voltemos pois claro às declarações tipo “passa culpas” do Senhor Ministro. Do alto da autoridade que o cargo lhe confere, o Senhor Ministro, na busca de culpados para o sucedido, defendeu que as consequências da elevada precipitação têm de ser atribuídas, presume-se que na totalidade, às Autarquias. Disse relativamente às cheias que, e passo a citar “... Estamos numa área de competência autárquica. Tem a ver com as infra-estruturas urbanas”. Imparável, continuou referindo-se a uma certa “falta de hábito” de proceder a limpezas regulares, e à falta de manutenção regular dessas infra-estruturas, apressando-se a sublinhar que, no entanto, em qualquer dos casos, estamos, ainda e sempre, numa área da



competência autárquica e não do Governo. Para terminar remata, potente e colocado, a ideia de que “o problema do ordenamento do território já não é o mais sério em Portugal”. Tais palavras, não dão azo a qualquer mal entendido. Ou interpretações díspares pois, são claras e transmitem na perfeição o pensamento do Senhor Ministro sobre a realidade e os problemas concretos do País e dos portugueses nas áreas que tutela e que sensibilizado é – “nada tenho a ver com eles. A culpa das ocorrências, no caso de essas serem negativas, é dos outros e ainda mais agora naquele dia claro, o Senhor Primeiro-Ministro vai dar uma entrevista na televisão”. No entanto as palavras do Senhor Governante os cidadãos, podem ter diferentes posturas. Vejamos apenas algumas delas: - aquela em que se diz “bem, ... um dia mau todos têm, de vez em quando ..., quanto mais o Senhor Ministro que tem tantos afazeres, preocupações, obras e acções”; - aquela em que se pensa convictamente que se apanhou a conversa do Senhor Ministro a meio e que estava a referir-se, não às cheias que tinham ocorrido nesse dia, mas sobre qualquer situação ocorrida no Portugal real e da qual, por incúria, não se teve conhecimento. Tal contexto leva a que e apesar de tudo, se tenda a ter alguma simpatia para com as palavras do Senhor Ministro, até porque pareceu que iam no sentido de culpar o “vizinho do lado”, que é como quem diz as Autarquias, do mal que aconteceu e do que, já agora, poderá vir a acontecer. – Aquela em que se tem a certeza de que o Senhor Ministro sabe inequivocamente, doa a quem doer, do que fala; que as palavras duras, verdadeiras e oportunas do Senhor Ministro se encontram ancoradas num conhecimento concreto e profundo das problemáticas relativas ao Ambiente, ao Planeamento e Ordenamento do Território e, em particular, das responsabilidades e obrigações das autarquias para com a matéria em causa. Acima de tudo o Senhor Ministro pode deixar transparecer a satisfação do dever estar a ser cumprido, consubstanciado no trabalho realizado pelo seu Ministério, nas acções realizadas e nas medidas tomadas. A não ser assim, este não seria de certeza Ministro deste Governo. Outra postura – aquela em que se pensa de forma crítica, e que se conclui estar perante um Ministro que de forma infeliz, precipitada e pouco esclarecida, tenta desresponsabilizar os organismos por ele tutelados e que têm estreita ligação à prevenção de cheias e à gestão do domínio hídrico, não só perante as ocorrências, em si, mas também relativamente às causas e às suas consequências. Que o disposto na legislação, nomeadamente no Decreto-Lei número quatrocentos e sessenta e seis barra setenta e um e no Decreto-Lei número quarenta e seis barra noventa e quatro com as alterações a ele introduzidas pelo Decreto-Lei número duzentos e trinta e quatro barra noventa e oito relativas à utilização, competências e obrigações na gestão do domínio hídrico, quer público, quer privado, pode servir de arma de arremesso na direcção que se pretende, dependendo das situações e contextos. Para tal o Senhor Ministro desde logo, elegeu um “bode expiatório” – as Autarquias, com a sua “falta de hábito” de limpeza das sarjetas por exemplo, e de outras infra-estruturas urbanas, e um “álibi” – baseado no facto de o Ordenamento do Território já não ser um problema sério em Portugal, entenda-se não correlacionado com a ocorrência de cheias e com as suas consequências. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Digníssimos Elementos da Assembleia Municipal, julgo não ter o direito de vos maçar mais com este assunto até porque todos os que aqui estão e também os que estão lá fora, penso eu, já perceberam que a actuação do Senhor Ministro foi mais um acto infeliz de propaganda política deste Governo. Os Autarcas das áreas atingidas pelas cheias passadas, o Senhor Presidente da Associação de Municípios Portugueses, Associações Ambientalistas como a Quercus por exemplo, o próprio Senhor Primeiro-Ministro entre outros, já disseram o que pensavam sobre as palavras do Senhor Ministro e sobre a sua acção enquanto responsável principal pelo cumprimento da lei e do dever por parte de todos os poderes com intervenção no Ambiente e no Ordenamento do Território. O próprio Senhor Ministro já se negou, desdizendo-se. No entanto, sempre foi acrescentando, nesse acto de “mea culpa”



que era bem intencionado apesar de incompreendido e mal interpretado. Mas voltemos ao que realmente nos trouxe aqui, as cheias! As cheias são um fenómeno natural de origem climática normalmente temporário e sazonal, provocadas por precipitações muito intensas ou moderadas, mas persistentes. Num mundo em que os sistemas climáticos globais se encontram em mudança, os extremos climáticos não só ocorrem com mais frequência como são cada vez de maior magnitude. Assim é de esperar que em todo o País, em todo o lugar, em todo o Mundo e em particular e é isso que nos interessa, em todo o País, as cheias possam ocorrer com períodos de recorrência mais curtos e com caudais de cheia cada vez maiores. Conhecendo as características da rede hidrográfica e da morfologia do concelho de Viseu, não posso deixar de mostrar a minha preocupação. Merece-me especial atenção a área concelhia integrada na bacia hidrográfica do Rio Mondego em especial as áreas drenadas pelo Rio Pavia, Ribeira de Asnes e Ribeira de Sasse. Estas linhas de água, bem como os seus afluentes apresentam caudais irregulares de vincada sazonalidade. Este facto, associado à forma e às dimensões reduzidas das respectivas bacias de drenagem, bem como ao facto destas linhas de água atravessarem áreas concelhias de elevada densidade populacional, potencia o risco de cheias. Acresce a isto o estado dos canais. Estes encontram-se em alguns troços com margens degradadas e canais assoreados devido não só à incúria dos homens, mas também a períodos longos de seca. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Neste contexto e dado o risco de cheias no concelho de Viseu, existe e põe em causa a segurança de pessoas e bens, é necessário esclarecer de uma vez por todas quem é quem nesta matéria; quem tem obrigações de fazer e de fiscalizar; quem propõe e quem aprova; onde terminam as competências de uns e começam as responsabilidades de outros; como se processa, se é que se processa, a articulação entre os diferentes organismos responsáveis pelas questões ambientais e do ordenamento do território; a quem cabe a limpeza dos canais e das margens das linhas de água; quais as entidades responsáveis pela execução e manutenção de infra-estruturas fluviais, nomeadamente as de regularização de troços de linhas de água e dos respectivos caudais. Permita-me, Senhor Presidente da Câmara, solicitar-lhe resposta a estas questões já que a formulação e a implementação de medidas de prevenção contra cheias é cada vez mais importante e premente. Nesta matéria todos somos responsáveis. Os problemas surgem quando alguns com elevadas responsabilidades institucionais, tentam imputar aos outros as suas próprias responsabilidades, desresponsabilizando-se. Assim torna-se difícil a articulação e a racionalização dos meios e dos recursos disponíveis. Salva-se a boa vontade, a coragem, o empenho e a competência de quem tem de lidar no dia a dia com as dificuldades e com os problemas reais do território e dos cidadãos – as Autarquias.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, faz o seguinte observação: “ Eu volto a apelar ao Senhores de Deputados que não excedam os dez minutos que estão contidos no Regimento, porque é sempre aborrecido estar a interromper uma intervenção dos Senhores Deputados, mas tenho que o fazer, porque são os dez minutos que estão deferidos. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Polónio.” -----

- **SEIS – SENHOR JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA CÔTA) (PSD)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “O que me traz a esta tribuna, é mais uma vez a Estrada Duzentos e Vinte e Nove, que atravessa a parte norte do nosso Concelho de Viseu. Não basta já o seu estado de degradação, a incerteza daquilo que se pretende para aquela estrada, para aquela via, penso eu, por aquilo que ela demonstra das mais importantes que penetram no interior deste País, que tanto se apregoa querer desenvolver e combater a sua desertificação. Recentemente trouxe esse assunto, criticando a forma como ela estava a ser reparada em vez de se fazer uma obra de fundo, que tanto necessita e até, porque não, uma nova via em alternativa àquela. Até os buracos deixaram de ser tapados, mais parece uma daquelas antigas calçadas “à velha portuguesa”, do que uma estrada como acabei de referir, das principais do interior



deste País. Como se isso não bastasse, ao longo destes anos temos assistido a inúmeros acidentes naquela estrada. Nada vi que se fizesse para acabar com esses acidentes, ou pelo menos, diminuir o número de acidentes. Se consultarmos os nossos bombeiros, o INEM, devem ser poucos os dias, ou muito raros, aqueles em que eles não têm que socorrer vítimas naquela estrada. Hoje vim assim um pouco em cima da hora, tive que trazer este assunto aqui, porque ontem ocorreu mais um grave acidente na famosa Recta do Pereiro, concretamente nas curvas do Fojo, penso que é assim que se chama. De há muito anos, ali tem sido um ponto negro e se não o classificaram desta forma, é mais do que tempo para o classificarem. O que é que nós recebemos? Até hoje nada foi feito para melhorar esta situação e para impedir que constantemente, ali estejamos a ser confrontados com este tipo de ocorrências. Ontem segundo a notícia, porque eu até acabei por passar por lá, mas já não vi nada, parece-me que foram dez feridos de uma vez só. Se olharmos para trás, são acidentes sem conta. Uns talvez, por facilitarem e depois o excesso de velocidade... Mas que acabam depois por serem vítimas, aqueles que não tem culpam. È tempo de pensarmos seriamente neste assunto e de se fazer alguma coisa por aquela via. Fico preocupado também com esta situação, porque não tenho visto as forças vivas do nosso Concelho, principalmente aqueles que têm responsabilidade directa em levar este assunto a quem de direito e insistir, para que isto se ultrapasse. E para terminar e não me alongar demais, fica aqui o desafio aos Senhores Deputados desta Assembleia, mas principalmente aqueles que também são Deputados da Assembleia da República, o favor de pressionarem a quem de direito, a quem é responsável por esta situação, no sentido de se resolver este problema uma vez por todas, que se arrasta há inúmeros anos.” -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Cláudia Bento. -----

- SETE – SENHORA DEPUTADA CLÁUDIA ISABEL DA COSTA BENTO (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Volvidos três anos de governação socialista, é altura de fazer um balanço às promessas eleitorais vertidas no Programa do Governo, no que concerne a políticas de juventude. Permitam-me que faça uma alusão às directrizes esplanadas, no Capítulo dois ponto oito, intitulado: Políticas de juventude – educar para a cidadania, promover a participação democrática. No Programa do Governo considera-se a problemática da juventude como assumindo um carácter estratégico, implicando o desenvolvimento de governação, designadamente educação, protecção social e habitação. Por outro lado, considera-se, igualmente, premente dotar a juventude portuguesa dos instrumentos necessários para uma activa participação e intervenção social e cívica. Nesse sentido, o Governo propôs-se adoptar um conjunto de orientações a desenvolver, designadamente: Primeiro – “Estimular e incentivar o associativismo juvenil e estudantil”. Eu pergunto: Como? Com a diminuição drástica de verbas de apoio às associações de jovens, que só entre dois mil e sete e dois mil e oito baixarão treze por cento? Segundo – “Estimular a criação dos Conselhos Municipais de Juventude”. Eu pergunto: O que tem feito para isso, tendo em conta que a constituição dos Conselhos Municipais de Juventude são da competência dos Municípios? Terceiro – “Apoiar o empreendedorismo jovem”. Eu pergunto: De que forma o tem feito? Que incentivos tem dado? Como tem travado a fuga dos nossos “cérebros” para o estrangeiro? Quarto - “Combater a precariedade do emprego jovem”. Eu pergunto: Com uma taxa de desemprego de oito por cento no final de dois mil e sete, onde é bem patente o desemprego qualificado? Promovendo o abandono do interior pelos nossos jovens à procura de oportunidades de emprego nos grandes centros? Ou será promovendo a já designada “Geração Recibo Verde”? Onde está a estabilidade almejada? Afinal, o combate à precariedade anunciada, não passa de uma mera miragem! Quinto – Por último o Programa do Governo fala ainda em facilitar o acesso dos jovens à habitação. Não resisto a questionar. Como? Na aquisição de casa própria? No apoio ao arrendamento? Então foi este o Governo que extinguiu o programa IAJ (Incentivo ao arrendamento Jovem)



substituído pelo Porta Sessenta e Cinco, cujas críticas tanto não eram infundadas que já levou o Governo a anunciar que vai ter de fazer marcha-atrás introduzindo alterações? Não se iludam jovens portugueses, pois o processo de autonomização dos jovens, com a criação de oportunidades no acesso à habitação, tem vindo a degradar-se cada vez mais, e receia-se que assim continuará. Descritos os parco e pouco ambiciosos pontos que constam do Programa de Governo, no âmbito de política de juventude, permitam-me ainda questionar também o apoio que tem sido dado aos jovens casais para se fixarem no interior deste país. Por outro lado, não bastando os problemas com que diariamente se vêm debatendo, surgiu recentemente mais um para os jovens casais, no seio da sua família. O anunciado corte nos ATL para além dos milhares de desempregos poderá deixar, igualmente, milhares de crianças na rua. O sacrifício que se quer impor aos jovens casais de suportar o aumento da comparticipação, em virtude dos cortes de financiamento, acentuará as desigualdades sociais, pois só quem tiver maior capacidade económica vai poder manter os filhos acompanhados em instituições depois de acabar a escola. É esta a estabilidade que o Governo quer dar aos jovens e às suas famílias? Por tudo o que foi dito, exige-se uma política de juventude séria e coerente. A fusão da Secretaria de Estado da Juventude com a Secretaria de Estado do Desporto resultou num erro estratégico elementar que tem vindo a condicionar a actuação do Governo nestas áreas. De Desporto tem muito, de Juventude nada! Aliás, dão-se alvissaras a quem encontrar o Secretário de Estado a promover políticas de juventude! Das poucas vezes que aparece encontramos-lo ou a falar de futebol, ou em iniciativas ligadas a modalidades desportivas. Termino partilhando com todos vós a comprovação disso mesmo. Numa visita ao Portal da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto à procura de medidas de política de juventude implementadas por este Governo, eis que constato que o Portal se resume a desporto. Em foco encontramos variadas e diversificadas notícias. Futebol, atletismo, râguebi, desportos motorizados e vejam lá até do Autódromo do Algarve!!! Afinal a problemática da juventude, para este Governo, resume-se ao desporto? Ou querem manter a juventude distraída em actividades desportivas? Onde estão as medidas comprovativas do “carácter estratégico” anunciado no Programa do Governo? -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Francisco Mendes da Silva. -----
 - **OITO** – **SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “A minha intervenção não tem directamente a ver com o ponto da Ordem do Dia, relativo à Associação de Municípios do Planalto Beirão, mas confesso que esse ponto poderá servir de pretexto para o que eu aqui trago. Não falo nesse ponto porque não tem directamente a ver com isso, mas tem o espírito e tem a ver com isso e é o seguinte: A Associação do Planalto Beirão, é como se sabe, um exemplo do espírito associativo entre municípios. Como se sabe também, esse espírito, foi também um espírito presidido não há muito tempo à política de centralização, do Governo Central, nomeadamente no Governo de coligação entre o PSD e o CDS. Sabemos também segundo as posições políticas que foram tomadas então e segundo o discurso oficial do Governo, que esse era um espírito de descentralização que assentava não no Terreiro do Paço, mas na liberdade associativa dos municípios e naquilo que então o Ministro das Cidades dizia, numa espécie de desenvolvimento endógeno. A meu ver e eu que sempre concordei com esse tipo de política de descentralização, tinha muito mais a ver com a dignidade dos municípios de que qualquer outra política de descentralização. Sabemos também que nomeadamente a propósito da constituição da Grande Área Metropolitana de Viseu, o Senhor Presidente da Câmara, proferiu ou disse estar num momento em que se cumpria um dos seus sonhos, nomeadamente porque a Grande área Metropolitana de Viseu, era a primeira e segundo se sabe a única composta exclusivamente por municípios do interior. Ora, sabendo nós tudo isto, pelo menos alguma estranheza causa as declarações do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente a



propósito e no âmbito do programa “Quadratura do Círculo”, que se realizou em Viseu, em que o Senhor Presidente da Câmara se vem demonstrar um regionalista como eu pessoalmente nunca tinha visto. Não quero aqui sequer discutir os méritos ou os deméritos da regionalização ou de outro método de descentralização, o meu não é regionalização, mas não é esse o meu tema aqui. Gostaria só no entanto, de perguntar ao Senhor Presidente se essa é só uma convicção pessoal, se é uma posição oficial da Câmara Municipal de Viseu, que essa Câmara, que este Executivo, querará promover e pelo qual fará campanha. Eu sei muito bem que este Governo “matou” as grandes áreas metropolitanas, só que tendo em conta o discurso laudatório que o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, na altura fez relativamente a esse projecto de descentralização do anterior Governo, permita-me que lhe diga e que de facto lhe repita que causa alguma estranheza. Para além disso, gostava também de lhe perguntar, feito este aparte, também relativamente a um à parte do Senhor Presidente, se acha de facto natural, quando digo natural, quero dizer no sentido óbvio, que me parece que resultou da sua intervenção no dito programa, que a capital administrativa dessa região seria Coimbra. A mim não me parece de facto nada óbvio que tenha que ser Coimbra, porque se tratará de uma capital administrativa com espírito centralizador.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- **NOVE** – **SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENSÃO (PS)** –

Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Tomei a iniciativa de me inscrever à última hora para usar da palavra, depois de ouvir atentamente a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Cota, o Senhor Joaquim Polónio. De facto, é uma preocupação que é transversal a toda a sociedade, como toda a gente também sou sensível e queria deixar aqui a minha solidariedade relativamente à sua preocupação sobre aquela situação de acidentes recorrentes no mesmo ponto, no mesmo local. Vai até ao ponto de considerar que será “um ponto negro” a ter em consideração. Queria contudo deixar-lhe também aqui a minha preocupação relativamente àquilo que não disse aqui e deixava-lhe esse alerta, essa solicitação. Perguntava-lhe se de facto na qualidade de primeiro responsável, de quem lida mais de perto com esta situação, se já tomou a iniciativa de veicular este tipo de informação que deu aqui, para todas as entidades que têm competência nesta área, para poderem tomar a resolução do problema. Por outro lado, também me suscitou aqui um outro pormenor, eu ontem ouvi uma entrevista do Líder Parlamentar do PSD na Assembleia da República e uma vez que o Senhor falou aqui de Deputados Municipais, de Deputados da Assembleia da República, é justamente por isso que eu lhe lançava também este apelo. O Senhor Doutor Santana Lopes, na sua entrevista dizia que as “Presidências Abertas” que ele lançou neste mandato, depois que é Líder Parlamentar, se destinam a conhecer o *País Real*, porque dizia ele e cito, com alguma diferença possivelmente ao que ele disse, que uma coisa é conhecer o País nos gabinetes do poder, era assim que ele dizia, outra coisa é conhecer o *País Real*. Então eu deixava uma ideia ao Senhor Joaquim Polónio, Presidente da Junta de Cota, que convidasse o Senhor Doutor Santana Lopes a vir conhecer realmente o *País Real*. Os Deputados da Nação têm obrigação de conhecer o *País Real*, não só os de Viseu, estes que ostentam mais poder têm obrigação de defender e de conhecer os problemas para os poderem resolver. Deixava-lhe um apelo, no sentido de o convidar, se calhar, com outros que também têm responsabilidade na matéria, a virem conhecer realmente o *País Real*, para o Senhor lhe poder pôr o problema da mesma forma que o pôs aqui para que ajude a resolvê-lo.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, faz o seguinte esclarecimento: “Senhor Deputado deveria colocar essas questões no final da intervenção do Senhor Deputado Joaquim Polónio, porque isto tem regras, não é? O Senhor Deputado pediu-me a palavra e eu já não lha devia ter dado, porque o que está instituído é que devem fazer as inscrições no início, mas tudo bem. Em vez de vir fazer uma intervenção, vem colocar uma



questão a um Deputado que já falou há duas situações atrás, não está correcto. Portanto, eu não vou dar a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Polónio, porque de facto já passou esse período. Senhor Deputado peço-lhe que da próxima vez, quando quiser colocar uma questão, coloque-a no final da intervenção do Deputado que estiver a intervir. Dou a palavra ao Senhor Deputado Jorge Mota.” -----

- DEZ – SENHOR DEPUTADO JORGE MANUEL DE SOUSA MOTA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ABRAVESES) (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “No seguimento da discussão havida na última Sessão desta Assembleia

sobre a Proposta de Revisão da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (Lei Orgânica número um de dois mil e um, de catorze de Agosto), tivemos oportunidade de participar no debate promovido pela Mesa desta Assembleia e nomeadamente da iniciativa do seu Presidente, em que estiveram presentes e intervieram dois Deputados, um do PS – Mota Andrade e outro do PSD – Luís Montenegro, em representação dos partidos responsáveis e autores pela referida Proposta de Lei. Tal como já entendíamos, antes disso, o debate, este, embora esclarecedor pela posição dos autores da proposta, apenas confirmou a teimosia surda dos dois proponentes que não conseguiram explicar as razões de fundo que levaram ou que justificam esta proposta de alteração à Lei Eleitoral. De resto esta será porventura, a razão fundadora das dificuldades que esta proposta tem sentido e que radica no essencial e não corresponde a uma real necessidade sentida, quer por autarcas quer pela população de um modo geral. A confirmar isso o que se afirma, estão as posições assumidas pelas principais associações representativas dos autarcas, nomeadamente a ANMP e a ANAFRE que através de comunicados ou posições expressas pelos seus principais órgão entre congressos, os seus Conselhos Gerais veementemente rejeitaram esta Proposta de Lei. De resto esta posição, que é bem distante no tempo e nas motivações destes mais recentes desenvolvimentos que sobre a matéria têm vindo a lume na comunicação social, foi assumida pelos Presidentes de Junta das Freguesias do Concelho de Viseu, que se reuniram para o efeito no passado dia catorze de Janeiro, para tomarem posição sobre esta matéria, e que pela forma considerada oportuna, a divulgaram e publicitaram. Entende-se pois que, no seguimento lógico do formato que a Assembleia adoptou, faz sentido que esta Assembleia tome uma posição, em consequência do modelo e do tempo da discussão, ganha sentido a proposta de uma Moção que eu passaria a ler: **MOCAO** - Considerando a existência da Proposta de Revisão da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (Lei Orgânica número um de dois mil e um, de catorze de Agosto), com consequências na Lei das Autarquias Locais (Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro) já aprovada na generalidade pelo Parlamento e em fase de discussão na especialidade; Considerando que as alterações propostas à Lei Eleitoral, nomeadamente no que se refere aos municípios, introduzem distorções ao princípio fundamental da proporcionalidade deixando de se verificar uma relação entre o resultado obtido nas urnas e o número de mandatos; Considerando que o modelo proposto para a formação dos executivos municipais, impede a realização de “coligações pós-eleitorais” no sentido em que verdadeiramente respeite a vontade dos eleitores; Que a referida proposta pouca o papel dos Presidentes de Junta enquanto Membros desta Assembleia, impede-os de participar nas questões decisivas da vida do Município; E que, deste ponto de vista se trata de uma proposta iníqua e discricionária que fere de morte a dignidade dos Autarcas de Freguesia; Considerando que a Lei Eleitoral em vigor se tem revelado, no essencial, perfeitamente adequada ao funcionamento dos Órgãos Autárquicos locais; A Assembleia Municipal de Viseu reunida em Sessão Ordinária aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, manifesta a sua profunda discordância em relação à Proposta de Revisão da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (Lei Orgânica número um de dois mil e um, de catorze



de Agosto) por entender que, sem prejuízo de um processo integrado de revisão do pacote legislativo do poder local que redique na efectiva satisfação das necessidades das populações, a presente proposta não se funda numa efectiva necessidade sentida nem pelos autarcas nem pelas populações que estes servem. Deixava na Mesa do Senhor Presidente para consideração.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Portanto, há uma Moção que foi lida pelo Senhor Deputado, que está à discussão da Assembleia. Pergunto só se algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre esta matéria. Dou a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.” -----

- **ONZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Eu pessoalmente e sublinho isso pessoalmente, tenho uma discordância de princípio com a lei que os Partidos PS e PSD pretendem ver aprovada. Tenho discordância no sentido de que entendo que a Câmara Municipal deve ser representativa de partidos e não apenas ter os seus Membros escolhidos pelo Presidente. Isto porque, se já é difícil neste momento uma oposição ver alguma coisa, passará a ser impossível, a não ser que se crie Assembleias Municipais a funcionarem em permanência e que possam efectivamente vigiar o Executivo. A não ser assim, eu não vejo que qualquer Câmara não possa funcionar em roda livre totalmente. Como sabem, a limitação que as Assembleias Municipais têm relativamente àquilo que é a sua função primordial que é de fiscalizar o Executivo é efectivamente inexistente, nós Assembleia Municipal não temos capacidade de fiscalizar o Executivo na sua actuação diária. Só temos capacidade de discutir aquilo que a Câmara nos traz e faz incluir na Ordem do Dia. Não reconhecer esta realidade, se calhar, é não saber como é que funcionam as Assembleias. Por um lado essa é a minha discordância, por outro lado é a minha discordância também de base e de princípio, que os Presidentes de Junta tenham a dupla representatividade de serem Presidentes de Junta e simultaneamente Membros da Assembleia. Como se sabe, nas eleições há por vezes um fenómeno de arrastamento em que as Juntas de Freguesia acabam por ser maioritariamente do Partido que ganha as eleições e portanto, há até por vezes distorções em que as maiorias dos Membros eleitos não correspondem às maiorias que depois se formam na Assembleia e portanto, essa é a minha discordância de base. Os pressupostos em que vem formulada a proposta do Senhor Presidente da Junta de Abraveses em termos institucionais, da minha bancada eventualmente, poderá não ser aprovada, mas ficaria mal com a minha consciência se, enquanto pessoa livre, não viesse aqui dizer a minha opinião sobre aquilo que entendo que deve ser a formação o modus faciendi das eleições para as Autarquias. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Francisco Mendes da Silva. -----

- **DOZE – FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Muito rapidamente para dizer que a minha posição e a posição do CDS que aqui trago relativamente a esta Moção, é basicamente a que foi aqui explanada pelo anterior orador, sendo que obviamente eu concordo com a declaração de princípio, relativamente à quebra do princípio democrático que lhe subjaz. Concordo também com a posição do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, relativamente à participação ou ao nível de participação, dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais. Há portanto, uma parte da Moção com que concordo, outra com que não concordo. Acho no entanto, que aquela parte com a qual eu concordo é de um nível de gravidade tal, que o resto não pode implicar o voto contra. Portanto, o voto do CDS, é um voto favorável.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **TREZE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “De facto a Moção que nos é trazida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abraveses, acaba por suscitar nesta



Assembleia esta dúvida, já percebemos pelas duas anteriores intervenções que há de facto um sim pelo menos. As duas pessoas que falaram não concordam com a presença dos Presidentes de Junta e nomeadamente, com todos os direitos que lhes são assistidos nas Assembleias Municipais. Essa é também a minha convicção pessoal e relativamente à questão do Executivo Camarário, eventualmente, aí terei uma opinião distinta dos Membros da Assembleia que me antecederam, porque de facto, entendo que a mais valia para a governabilidade de alguns Municípios e são bem conhecidos casos de Municípios com problemas de governabilidade graves, portanto, esta Lei poderá ajudar a resolver esses problemas. Também me espanta que seja o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abraveses que traga esta questão, nomeadamente com algumas responsabilidades que sei que tem ao nível da Associação Nacional das Freguesias. Isto só me permite concluir que há de facto à volta desta matéria uma grande instabilidade no Partido Social-Democrata. Instabilidade que, a bancada do Partido Socialista aqui nesta Assembleia, também não pode deixar de referir e de notar como uma situação que causa um mal-estar e se calhar, exactamente contribui para o tal descrédito que particularmente na passada semana se falou muito na classe política. Efectivamente, o PSD fez com o PS um acordo sobre esta matéria, chegaram a um consenso e note-se que o PS era quem defendia que os Presidentes de Junta não deveriam estar nas Assembleias Municipais e foi precisamente para se encontrar um consenso e para se chegar a um texto para aprovação na generalidade desta Lei, que da parte do Partido Socialista houve esta cedência relativamente aos Presidentes de Junta. Curiosamente, vem agora o PSD dar o dito pelo não dito, voltar atrás enfim, numa atitude que só prejudica claramente o regular funcionamento, neste caso, das Autarquias, mas também das instituições, porque efectivamente, descredibiliza e contribui para uma má imagem da classe política com estes avanços e recuos. Se calhar infelizmente, muito típicos na actual liderança do PSD e portanto, reveladores de facto, de um desnorte e que não está patente apenas nesta matéria, mas noutras também. Eu diria que irei pessoalmente votar contra a Moção, porquanto ela de facto defende a presença dos Presidentes de Junta de Freguesia nas Assembleias Municipais, que é um facto com o qual não concordo e não concordo em defesa dos Presidentes de Junta e não contra eles. Acho que é colocar e obviamente, que se nós quisermos reflectir um bocadinho sobre isto e não alinharmos numa reacção básica, percebemos evidentemente que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, são condicionados ao estarem nesta Assembleia, ao votarem um orçamento, condicionados futuramente depois na discussão que tem precisamente desta questão com o Presidente da Câmara, seja ele qual for, esteja ele em que autarquia estiver. De facto, são prejudicados objectivamente na minha perspectiva e portanto, o que à partida poderá ser visto como um direito que actualmente têm, com direito a voto inclusivamente, são Membros de pleno direito das Assembleias Municipais. Acho que é efectivamente um direito que os prejudica mais, ou que os pode prejudicar mais do que efectivamente os beneficiar. Como também já disse o Doutor Ribeiro de Carvalho na intervenção que fez, há aqui uma dupla representatividade que para muitos não faz sentido.” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Boaldeia. -----

- CATORZE – ANTÓNIO BATISTA NEVES (SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA) (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu vim aqui, porque gostei pouco de ouvir o que disse o Deputado anterior. Penso que retirar os Presidentes de Junta de Freguesia das Assembleias Municipais, é quebrar aquilo que é se calhar, o essencial do trabalho dum Presidente de Junta na sua Freguesia. Porque é que nós que somos eleitos Presidentes de Junta, que estamos em directo contacto com o público, não teremos que participar na vida política municipal? Como é que nós Presidentes de Junta poderíamos estar ligados àquilo que se passa no Concelho, se não tivermos a presença na Assembleia Municipal? Além do mais, eu creio que quando são



constituídas as listas para as Assembleias Municipais, os partidos escolhem e convidam os cidadãos que acham que devem convidar, cidadãos que possam estar eventualmente filiados no partido ou não, ou figuras mais conhecidas, as figuras da nossa praça. E vêm aqui para representar os cidadãos do Concelho, mas eu creio que pouco representariam, porque se calhar muitos dos Deputados Municipais que vão passando aqui por esta digníssima Assembleia, poderão eventualmente conhecer muito pouco do que se passa na minha e noutras freguesias. E como é que defendem aqui os interesses das nossas freguesias, das nossas populações, daqueles que todos os dias nos batem à porta, a qualquer hora do dia, da noite e fim-de-semana? Somos aqueles políticos que mais trabalhamos, aqueles que mais estão em contacto com o povo. Se calhar, na minha freguesia com seiscentos habitantes, serão poucos aqueles que conhecem os Deputados Municipais que os representam aqui. Dirigem-se a quem, se precisarem de colocar alguma questão como cidadãos, como cidadãos de pleno direito neste País? Eu não consigo entender qual é o problema dos Presidentes de Junta fazerem parte da Assembleia Municipal de pleno direito e votarem em todas as matérias da mesma, não consigo entender porquê. Acham que são vocês Deputados Municipais que defendem mais os interesses das nossas populações do que nós?” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- **QUINZE** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Começaria por dizer que os problemas dos portugueses e concretamente dos viseenses são o desemprego, o aumento de custo de vida, a quebra dos direitos sociais e das reformas, o encerramento dos serviços sociais, como a saúde e educação e não as Leis Eleitorais Autárquicas, que ainda estão para demonstrar a sua eficácia e a melhoria para o cidadão. Começaria também por referir duas situações que ouvimos aqui os promotores da proposta e que não há dogmas, nem os acordos são finais. Eles próprios disseram que vieram aqui ouvir as pessoas, porque estavam na fase da discussão da especialidade, por isso todos os contributos eram importantes para a redacção e a aprovação final do documento. Por isso, acho que esta Assembleia tem toda a legitimidade nesta fase, para concretamente dizer o que acha, o que pretende e aquilo que deveria ser uma Lei Eleitoral Autárquica para o futuro. Gostaria também, de referir duas situações que temos que ter em conta, se os organismos representativos dos autarcas, nomeadamente a ANAFRE e a própria Associação Nacional dos Municípios tomaram posição e são muito críticos em relação à situação, acho que temos que ter em conta também. Os Senhores Membros da Assembleia receberam isto, quando numa redacção a Associação Nacional dos Municípios diz isto: “...as alterações, não são as que melhor se conformam com o princípio democrático, com a criação de melhores e efectivas condições de governabilidade, eficiência e responsabilidade dos governos locais”, e são os Municípios, a sua Associação representativa que refere esse aspecto... Então nós não temos que na discussão ter em consideração estes domínios? Quando à instabilidade do PSD que aqui foi referido, eu aí nem me pronunciava sobre o assunto, apenas dizia que quando começar a desfazer-se o “cimento do poder”, nós vamos ver qual será o partido mais instável.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **DEZASSEIS** - **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Pede a palavra para se pronunciar sobre esta matéria, do seguinte modo: “Não é normal eu intervir sobre estas matérias, mas como está a possibilidade de uma Moção para ser aprovada não quis deixar de dar o meu contributo nesta parte e faço-o com responsabilidade de quem tomou posições públicas, nomeadamente dissonantes do partido a que pertenço. Faço-o também com o conhecimento de quem teve que participar numa audição parlamentar na Comissão de Liberdades e Garantias. Portanto eu, gostaria de dizer o seguinte: Se há alguma coisa que me opõe em relação a esta Lei, para além da



distorção do princípio da proporcionalidade, para mim é fundamental, não venham dizer, os outros depois, que nós é que queremos o poder todo. Cá está um Presidente da Câmara e Presidente da Associação Nacional dos Municípios, que está contra esta distorção de princípios da proporcionalidade. Mas se alguma coisa me faz estar contra esta Lei Eleitoral, é o papel de menorização dos Presidentes de Junta. Eu faço-o apenas e não me venham dizer que é por ter trinta e dois Presidentes de Junta em trinta e quatro. Já tive uma situação ao contrário. Na primeira vez que me candidatei tinha dezasseis em trinta e quatro, portanto já vivi a situação em contrário. Mas encontrei por parte dos Senhores Presidentes de Junta sempre esta disponibilidade que foi muito bem aqui colocada por Senhor Presidente da Junta de Boaldeia, é exactamente isso. Os Presidentes de Junta sabem exactamente... Qualquer dia iam concluir que a proximidade, esta condição de proximidade que era negativa, só faltava essa! Deixem-me dizer uma outra coisa para verem como estes argumentos caem, digamos pela base. O que se vêm dizer normalmente, é que os Senhores Presidentes de Junta, quando eu estou aqui a falar, eventualmente quando estou a apresentar o Orçamento, olham para mim, ficam condicionados. Isto é grave! Nunca vi ninguém aqui opor-se e aqui era o sítio próprio, eventualmente para serem condicionadas por Ministros. Os Senhores aceitam que Ministros façam parte da Assembleia Municipal, aceitam isso. Mais, aceitam até que fossem debatidos equipamentos de saúde numa Assembleia Municipal com a presença do titular, do Ministro! Esse não condicionava a Assembleia. Isso é minorizar o papel dos Presidentes de Junta. É dizer que os Presidentes de Junta em face da pessoa que está a falar, que eventualmente ficam minorizados. Eu sempre tive a ideia de que o respeito dos Presidentes de Junta se granjeia com o falar olhos nos olhos, ao mesmo nível de igual para igual, sem constrangimentos e isso eu não vou dispensar. Acho sinceramente que reduzir a Lei Eleitoral à não presença dos Presidentes de Junta, que é um retrocesso, na minha perspectiva. Eu dispensei esse tipo de comentário, porque às vezes temos que depois fazer outros comentários mais complicados. Eu não falei e portanto, peço-lhes um bocadinho de tento, para não voltarmos a ter outro tipo de atitudes. Portanto, eu considero que a não presença dos Senhores Presidentes de Junta, é um retrocesso. Aliás, a própria Lei é tão confusa que permite aos Presidentes de Junta não votar nos Orçamentos, mas depois permite-lhe votar numa série de coisas que estão ligadas exactamente com a actividade da Câmara. Até permite mais outra coisa, não sei se os Senhores já deram conta, que os Senhores Presidentes de Junta podem constituir em Grupo Municipal e eventualmente propor uma Moção de Rejeição. Os mesmos Presidentes de Junta que se diz que não devem votar no Orçamento. Isto é uma coisa inacreditável e portanto eu acho muito sinceramente que a posição dos Presidentes de Junta aqui expressa, tem exactamente o meu apoio. -----

MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENSÃO (PS)

– Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Tomo a liberdade de ainda que adestempo, penitenciar-me pela forma como usei da palavra na última intervenção e garantir-lhe que também não o fiz por ver a Mesa mal constituída para funcionamento da Assembleia. Garantir-lhe também que não foi na tentativa de abuso por esse facto. Queria também manifestar a minha opinião relativamente às alterações que se perfilam relativamente à Lei Eleitoral para as Autarquias Locais. Centro a minha atenção mais nas Autarquias Locais ao nível de freguesia, que é de facto aquela que me diz algo mais, até porque já senti o que é ser Autarca e Presidente de uma Junta de Freguesia. Queria dizer que também não estou de acordo com as alterações que foram já aprovadas na generalidade e desceram à especialidade na Assembleia da República, porque penso que se esqueceram de ir mais além, ou não quiseram ir mais além. Penso que essencialmente alguma da reforma que se quer fazer desta Lei, passaria pelo reforço das competências da Junta de Freguesia, nomeadamente com a atribuição da perspectiva componente



financeira e isso sim, traria alguma liberdade e alguma independência e autonomia, quer política quer financeira, para poderem ter um desempenho livre e fora da tutela e da alçada de quem quer se fosse. Só assim eu veria com bons olhos a permanência dos Presidentes de Junta aqui. Nesta modalidade que se pretende e que existe já e a outra que se pretende, comungo, embora despeitado, despeitado entre aspas, eu peço desculpa o termo não será o adequado, mas embora contrariado, pelo menos, comungo da ideia que os Presidentes de Junta não estejam aqui, porque são de certa forma coarctados de alguma liberdade por falta dessa autonomia e dessa independência financeira e por consequência desta também, a política. Peço a compreensão se me não faço entender completamente, mas penso que passa pelo reforço das atribuições e competências das Juntas de Freguesia, nomeadamente as financeiras, para que possam exercer livre e democraticamente o seu direito político de estarem aqui na Assembleia. Não nos esqueçamos que relativamente ao Partido Socialista, em determinada altura iniciou alguma parte disto que eu estou a dizer, quando as transferências para as Freguesias deixaram de ser indirectamente canalizadas para as Freguesias. Hoje as Freguesias recebem isso directamente, o que nalguns Concelhos e não vou aqui especificar, traria alguns constrangimentos para as Juntas de Freguesia. Queria finalmente também dizer o seguinte, nós não sentimos nenhuma mágoa por termos tido um Ministro que era Membro desta Assembleia. O Membro desta Assembleia que era Ministro, de que muito nos honramos e que trouxe, valorizou certamente o desempenho desta Assembleia, até pelo apetite que nos aguçou para podermos esgrimir e trazer à liça assuntos que de outra forma, se calhar não teriam sido também discutidos e levados até ao máximo daquilo que é possível. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----
 - **DEZOITO** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** -
 Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Há sempre pelo menos duas formas de se discutir, de qualquer forma, eu vou evitar naturalmente, fazê-lo pela forma populista e ou demagógica à volta desta matéria, ainda que seja obviamente muito tentador fazê-lo e fundamentalmente quando estamos perante uma Assembleia em que há trinta e quatro Presidentes de Junta, significa isto quase cinquenta por cento das pessoas que me ouvem. Mas a verdade é como disse aqui o Senhor Alberto Ascensão e bem, isto não é estar a dizer que o PS é que tem todos os méritos e louros nestas matérias, mas temos que nos cingir aos factos e o Senhor Alberto de Ascensão e bem, é desde a primeira hora, o Partido Socialista, foi quem quis sempre reforçar o quadro normativo e de competências dos Presidentes de Junta de Freguesia. Valorizar o seu papel enquanto Presidente da Junta e evitar que de facto, não podemos ter aqui essas confissões mais ou menos assumidas, mas evitar e todos nós sabemos que é verdade, de que os Presidentes de Junta de Freguesia têm muitas vezes de andar como se costuma dizer “de chapéu na mão”. Agora podemos querer entender e ver as coisas tal como elas são, ou enfim, trazer aqui à colação alguns argumentos uns bocadinho mais demagógicos. Vou pedir desculpa ao Senhor Presidente da Junta de Boaldeia, mas o meu amigo António Neves, sabe bem que é demagógico vir aqui dizer que os Presidentes de Junta de Freguesia representam melhor as populações do que Deputados Municipais eleitos para esta Assembleia. Até porque, se não note-se, posso questionar, eu não me quero sobrepôr a um Presidente de Junta de Freguesia, na sua freguesia, mas se calhar um Deputado eleito a esta Assembleia, tem uma visão, pode ter ou não, mas terá em princípio uma visão mais geral do Concelho do que um Presidente de Junta de Freguesia que naturalmente, por lidar com os problemas da sua freguesia todos os dias, conhece e efectivamente sabe que também será inegável, muito melhor a sua freguesia do que as restantes, isso para mim é evidente e ninguém me tira da cabeça. Naturalmente que, quando se diz tirar os Presidentes de Junta de Freguesia e gostava de perguntar ao Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia, se por exemplo a Assembleia da República



para ser representativa da população portuguesa, tem que ter os Senhores Presidentes de Câmara na própria Assembleia da República. Questionava se isso teria de ser assim, na sua lógica, parece-me que seguiria para qualquer coisa deste género. Também gostava, para rminar, de lhe perguntar como é que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia, se sente mais participativo na política autárquica, como há pouco disse. Há pouco veio aqui dizer, deu a entender, que se sentia muito mais participativo na política autárquica, quando estava, ou por estar nesta Assembleia Municipal. Eu até lhe vou dizer algo que eventualmente o surpreende, mas eu acho que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia é muito mais participativo na política autárquica, exactamente como Presidente de Junta de Freguesia e se o vier aqui negar, acho que é negar uma evidência, pois todos nós sabemos a quantidade de vezes que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia como todos os restantes outros Presidentes de Junta desta Assembleia, vão à Câmara Municipal falar com os seus fregueses, no fundo desempenhar o vosso papel de Presidente de Junta. Esse é óbvio que é muito mais reforçado no vosso dia a dia e bem, do que nas cinco ou seis Assembleias Municipais que há por ano. Para concluir a reter, reforço das competências, reforço de todo o quadro normativo e dos Presidentes de Junta de Freguesia, para valorização do seu papel, estou perfeitamente de acordo, está perfeitamente de acordo o Partido Socialista, aliás entrou na discussão desta matéria com o PSD precisamente, com esta postura de base. Entendamo-nos, isto é de facto a verdade. Entender que a vossa presença nas Assembleias Municipais é indispensável eu acho e volto a dizê-lo muito honestamente, que só prejudica o papel do próprio Presidente de Junta de Freguesia. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Senhores Deputados, eu penso que não se pode, numa discussão desta natureza, independentemente do respeito que as diferentes posições merecem, enfim, vivemos em democracia portanto, todas as opiniões são respeitáveis. Agora discutir se um poder é mais legítimo do que outro... Enfim, todo o poder que dimane de eleições livres, em que uns são eleitos Deputados da Assembleia Municipal, outros Presidentes de Junta, outros são eleitos Membros do Executivo Camarário, têm todos a mesma legitimidade, que é um poder que vem efectivamente do voto popular. O exercício da função, tanto quanto me é dado perceber, quer do Senhor Presidente de Junta, quer dos outros elementos, é um exercício digno e portanto, não vamos aqui estar a avaliar se um exercício é mais importante do que o outro. Eu acho que todos são importantes nesta construção, Também gostava de dizer o seguinte: O Presidente da Assembleia Municipal, promoveu este debate, porque acha que esta é uma matéria, que deve ser debatida nas Assembleias Municipais. Eu acho que esta é uma alteração de fundo, que poderá ser feita e que não pode ser feita ao arrepio das Assembleias Municipais. Aliás quando eu formulei o convite ao Partido Socialista e ao PSD, para que indicassem uma pessoa para vir aqui, a primeira reacção nem foi muito positiva. Foi uma reacção de dizer: “Ah, mas agora para abrirmos o precedente de irmos a uma Assembleia Municipal, temos que ir a todas as Assembleias Municipais”. Eu disse, estou a fazer-vos o convite e não é em nome de todas as Assembleias Municipais, é em nome da Assembleia Municipal de Viseu. Acho que esta discussão que deve ser tida e também acho que um dos erros que foi cometido na discussão desta matéria, que ao tomar-se a iniciativa de se apresentar um projecto, ele devia ter tido um amplo debate com os seus diferentes actores. E foi por isso também, que nós os fizemos. Nos vários fóruns aonde eu me tenho pronunciado sobre este assunto, o Presidente da Assembleia Municipal de Viseu o que tem dito é: “Na Assembleia Municipal de Viseu, o papel dos Presidentes de Junta tem sido um papel decisivo. São de facto elementos que intervêm nas diferentes discussões, que representam bem as populações e todas as suas intervenções têm enriquecido a Assembleia Municipal de Viseu”. Por outro lado o que eu também tenho dito é, os Presidentes de Junta ou continuam nas Assembleias Municipais com todos os



direitos, ou então deixam de fazer parte das Assembleias Municipais. Eu até tenho apresentado a situação – eu estou a presidir a uma Assembleia Municipal, vamos votar o Orçamento, Senhores Presidentes de Junta façam favor de se sentarem na fila detrás, para facilitar a contagem. Sinceramente, acho que isto não prestigia o Órgão, nem as pessoas e portanto, eu acho que a Lei deveria ser revista no sentido de manter todos os direitos dos Presidentes de Junta. Obviamente que não no aspecto que tem a ver com a Constituição do Executivo. Todos os Presidentes de Junta concordarão que não devem votar na Constituição dos Executivos ou nas Moções de Censura, porque se há aqui uma lógica de eleger o Executivo, se o povo se pronunciar num determinado sentido, esse sentido deve ser respeitado e o facto dos Senhores Presidentes de Junta poderem votar nas Moções de Censura iria desvirtuar aquilo que o próprio povo decidiu, portanto, acho que aí estaremos todos de acordo. Qualquer princípio que desvirtue aquilo o que é a vontade popular, não o podemos praticar. Agora em todas as matérias, como é que um Presidente de Junta não vota um Orçamento e vota um empréstimo por exemplo? É isto que eu acho que se tem que pôr em questão. Nós todos os anos comemoramos o Vinte e Cinco de Abril e em cada um desses debates, temos sempre uma preocupação que é discutir o aprofundamento da democracia. Eu acho que também não se pode utilizar o argumento de dizer, não é Ordem do Dia discutir a questão da Lei Eleitoral Autárquica ou Lei Eleitoral para a Assembleia da República. Todos os sistemas são importantes e por acaso eu fui ver, todos os partidos políticos colocaram nos seus programas, pelo menos estes dois, eu iriam fazer a revisão da Lei Eleitoral e já o põem há vários mandatos. Eu acho que tudo que seja aperfeiçoar a democracia é bom e penso que esta discussão que nós mantivemos aqui também sobre isto e temos vindo a manter é no sentido de fazer essa mesma democracia. Para concluir, o seguinte, é que por questões de coerência eu não posso votar favoravelmente e por isso é que eu guardei para o fim um parágrafo como este: “Que a Lei Eleitoral em vigor se tem revelado no essencial perfeitamente adequado aos Órgãos das Autarquias Locais”. Este ponto eu não me posso rever nele, porque acho que não se pode coarctar a liberdade da Assembleia da República ou outro Órgão qualquer promover as alterações das leis, quando acha que com isso pode vir a revitalizar e introduzir mecanismo de aperfeiçoamento na Lei. Portanto, tudo que nesta Moção tem a ver com os Senhores Presidentes de Junta eu acho que sim, eu acho que a Assembleia Municipal até devia votar aqui uma proposta que legitimasse que a Assembleia da Municipal de Viseu, não está de acordo com esta alteração. Agora, pôr em causa uma revisão de uma Lei porque o povo não sente necessidade disso, enfim, acho que é desvirtuar uma iniciativa que o Órgãos de Soberania têm toda a legitimidade para ter e ainda para mais quando consta dos programas eleitorais do partido. Eu queria só deixar aqui expresso que me vou abster nesta Moção. Defendo que os Senhores Presidentes de Junta devem ter todos os direitos na Assembleia Municipal, aliás tem sido essa a tônica que tenho colocado em nome da Assembleia em alguns sítios aonde tenho feito intervenções. Agora não pôr em causa a legitimidade de se poder fazer uma alteração à Lei. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho e depois darei a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Abraveses, para a seguir votarmos a Moção” -----

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu não gostaria de deixar passar em claro, uma observação que me pareceu de algum mau gosto de referência ao Doutor António Correia de Campos, que tem honrado esta Assembleia com intervenções que até de resto eventualmente ultrapassaram a sua posição de Deputado Municipal, porque se tem permitido referir situações de política geral e de pôr em causa a presença de um Ministro na Assembleia. Por um lado isso deriva da Lei, por outro lado isso é dito em tom que pareceria uma imoralidade um Ministro estar numa Assembleia Municipal, a lei permite situações para mim de uma maior imoralidade como por exemplo



um funcionário camarário poder concorrer às Juntas de Freguesia e nós temos exemplos desses em Viseu, como por exemplo um assessor do Presidente da Câmara ser Membro da Assembleia Municipal, essas para mim são posições de uma maior reserva moral do que a presença de um Ministro na Assembleia, era isso só que eu queria dizer”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Abraveses Jorge Mota.-----

- VINTE – SENHOR DEPUTADO JORGE MANUEL SOUSA MOTA (PRESIDENTE DA JUNTA DE ABRAVESE) (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não estranho, mas lamento a primeira vez que é possível ao Partido Socialista dizer de que lado está, vem nos dizer que está contra os Presidentes de Junta, está claro! Esperava que efectivamente não fosse assim, mas sendo assim, vamos tirar as conclusões como elas são, dizer que porventura e do ponto de vista conceptual eu também posso ser contra os Presidentes de Junta nesta Assembleia mas isso é conceptual. A realidade que temos, é que os Presidentes de Junta estão cá e têm que ser Membros de pleno direito, com direitos iguais para todos os Membros, nós não somos autarcas de segunda e muito menos podemos ver os nossos direitos coartados e se calhar por isso é que o senhor Deputado depois teve a tentação de pôr rótulos, como colar esta posição à do PSD ou à da Associação Nacional de Freguesias. Senhor Deputado, os Presidentes de Junta quando são eleitos só tem um Partido que é a sua terra, o meu Partido é Abraveses e é por isso que nós normalmente conseguimos separar aquilo que os Partidos fazem, daquilo que as pessoas que nos elegerem esperam que nós façamos e portanto não vejo razão para que assim não seja, dizer ao Senhor Presidente da Mesa que compreendendo a sua limitação, dizer-lhe também que pelo facto de estar nos Programas dos Partidos não faz disso uma necessidade sentida pelas populações. Eu não me lembro nos últimos anos de ver os grandes líderes de opinião, ninguém a levantar de uma forma séria, consistente e sistemática a questão eleitoral como um obstáculo à governação autárquica em Portugal, portanto não vejo razões para alterar a Moção”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte. “ Vamos passar á votação, a Moção foi aprovada com quarenta e seis votos a favor, sete contra e seis abstenções. Terminámos portanto a lista de inscritos no período antes da “Ordem do Dia” e como é hábito dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para intervir neste ponto.

- VINTE E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para dar as seguintes respostas: “Eu não vou deixar de comentar esta última parte e não o fiz apenas para aumentar mais este ponto, que já estava a tornar-se extremamente grande, eu bem entendo as preocupações do Partido Socialista mas a mim é-me indiferente que arrastem a conversa para onde quiserem, eu não fiz aqui nenhum ataque ao Senhor Ministro ou ex-ministro da Saúde, aliás todos os ataques que lhe fiz foram aqui, não fiz nenhum ataque sobretudo à presença dele. O que eu disse e vou repetir e estou habituado ao vosso joga de palavras, não me intimidam, nem sequer-me fazem mudar o rumo em relação ao meu pensamento. O que eu disse é que se alguém ficava constrangido numa Assembleia Municipal com o Presidente da Câmara, também podia ficar constrangido com a presença do Ministro, sobretudo quando se discutissem assuntos ligados ao Ministério, até porque podia o Ministro constrangir o Presidente da Câmara, portanto foi isto que eu disse. Tudo aquilo que vieram para aqui dizer, a presença o mau gosto é, digamos alguma coisa a que já estamos habituados, mas que eu não vou alimentar isto podem tirar os últimos senhores oradores o “cavalinho da chuva”. Disse aquilo que repeti agora e mais nada além disto. Indo agora aquilo que é fundamental, ao período antes da “Ordem do Dia” e ao que foi aqui referido, eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado Vicente, que nós acompanhamos de perto tudo aquilo que disseram em respeito às “Comemorações do Bicenténario da Alves Martins” por muitas razões. Primeiro, porque é uma figura que nos habituamos a respeitar, acho que é paradigmático que este Presidente da Câmara tivesse



retirado um quadro que andava apeado pelos cantos da Câmara e que o pusesse no seu gabinete, portanto é perfeitamente revelador o respeito e a grande admiração que tenho pela figura do Alves Martins. Depois dizer que há pouco tempo participamos com o Governador Civil, o Presidente da Câmara de Alijó e com o Senhor Bispo e ainda com o Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Alves Martins, exactamente numa cerimónia simples mas elucidativa para assinalar o Bicentenário da Alves Martins e dizer, que nós acompanhamos de perto e que qualquer recomendação como esta da Conferência e a edição de brochura, tem a porta aberta da parte da Câmara com toda a colaboração, exactamente por razões que eu aqui referi. A segunda intervenção, eu estava à espera desta questão não sabia quem era o protagonista que iria pôr o assunto, mas até pelo modo como foi colocada, nós estávamos à espera que isto viesse a terreiro, acho estranho é de um visense o gozo que parecia prespassar de quem apresentou, aliás dizendo que o fazia com uma certa ironia, dava-lhe jeito um gozo dos diabos por Viseu ficar no lugar sessenta e três, só que a pessoa que veio aqui, leu exactamente ao contrário de tudo aquilo que viu. Queria primeiro dizer-lhe, que o estudo que acabou aqui de apresentar é referente a dados de dois mil e um, tratado em dois mil e quatro, baseados no Censos de dois mil e um, sei bem o que estou a dizer e o estudo que nos põe em primeiro lugar é recente. Só que também lhe podia dar uma outra lição, já agora deixe-me assumir também o papel de professor, é que um fala de riqueza o outro fala de bem estar, que são coisas totalmente diferentes, dava quase a entender que só os ricos é que tinham bem estar, não é assim e eu vou demonstrar-lhe isso com facilidade, aquilo que está a dizer é que o Concelho com qualidade de vida é Lisboa, olhe! Vá para lá. Os Concelhos a seguir, também com boa qualidade de vida são o Porto, Sintra, Vila Franca de Xira e por aí fora, confundiu riqueza com bem estar, é uma confusão, mas da parte de um professor! Eu pensei, mais esclarecido. Se não vejamos, isto devia ter outra leitura por parte de quem se diz tão interessado em acompanhar os documentos, qual é a leitura, é na dificuldade do País assimétrico que estamos a construir em termos de riqueza não em termos de bem estar, quer ver? Isto casa exactamente com uma coisa que devia também ter lido, que é, Regiões Portuguesas abaixo da média europeia, as cidades de que falou, as tais que disse onde fez a confusão estão todas situadas, ou na grande Lisboa, no Algarve, ou no Litoral, esta foi a sua confusão, sabe porquê? Porque nós pertencemos a uma região que tem sessenta e três virgula oito da média europeia, a região onde estamos e não se vê nada por acção governamental que altere estas simetrias, antes pelo contrário, portanto as cidades de que falou são as cidades mais ricas, que confusão meu Deus! Albufeira a ser uma das cidades mais ricas, por acaso não é a primeira, é a segunda. É uma dificuldade em perceber isto... Bem e depois as outras da grande Lisboa, portanto à uma coisa que lhe digo também com ironia para não gastar tanto tempo como aquele que gastou, também faço-lhe uma precaução e esta é como amigo, cuidado com o que diz na Assembleia, porque se por acaso chegasse à Senhora Presidente da Comissão de Igualdade e se ela imitasse o Secretário de Estado do Ambiente o meu amigo neste momento estava com um processo em Tribunal. Veio para aqui dizer uma coisa, que depois foi dizer que era em sentido figurado, tinha pouca importância, portanto quando falar nas cidades loiras tenha mais cuidado. Já agora uma outra coisa, eu acho muita piada, quando as pessoas tem piada, trazer um discurso rebuscado, eu estava a ver no que é que dava, mas por acaso quando disse que ia usar da palavra da moda eu por acaso pensei que era outra, falou aqui no inglês com sotaque "ok", eu pensei que era em espanhol "porquê no te callas", era isso que eu pensava, a sério... Essa é que é a da moda e era o que me estava a apetecer dizer daqui "porque não te calas". Oh Senhor Deputado! Eu não costumo dar respostas, mas por amor de Deus, eu tenho o cuidado com a honra e com a honra das outras pessoas, cada vez que os senhores dizem aquilo que entendem, acham que este Presidente pode desonrar-se à vontade. Cada vez que eu digo alguma coisa, eles sentem-se feridos na honra. Estou a dizer-lhe aquilo que um



Presidente da Câmara lhe deve dizer, estou a dizer aquilo para alguém que não tem nenhuma responsabilidade naquilo que vem dizer, o Senhor veio aqui falar de catre, num parlatório que felizmente é democrático e agora fica hipersensibilizado com aquilo que eu estou a dizer-lhe, porque estou a mexer na honra. Já agora uma outra coisa, o que o Senhor Primeiro Ministro teria dado aquela resposta que deu à saída da SIC, eu tinha ficado por ali, a resposta ao Senhor Ministro está dada pelo Senhor Primeiro Ministro, aliás achei quando o Senhor Ministro se meteu com os Autarcas se se tivesse metido com um Autarca, ao outro dia estava remodelado, também ia na cheia. Eu tenho pena porque este Ministro normalmente é um homem cordato a falar, ponderado naquilo que diz, embora tenhamos uma outra impressão dele, quando se trata como Ministro e portanto lamento também que venha da parte deste aquilo que foi dito, de quem são as competências? Está muito bem claro de quem são as competências, as zonas ribeirinhas no perímetro urbano são da responsabilidade das Autarquias, pedindo autorização, fora das zonas urbanas são da responsabilidade da Administração Central, agora à uma coisa que se sabe, por mais que se limpem as zonas urbanas, as zonas a montante se estiverem num estado lastimável, como estão as nossas, os Senhores sabem que foi por uma coisa como esta que eu tive problemas, foi por um Presidente da Junta estar a tentar limpar aquilo que agora lhe assacam. Por um Presidente da Junta ser apertado, exactamente por estar a tentar fazer uma coisa que agora o Senhor Ministro diz que é da nossa responsabilidade, isto não deixa de ser irónico e curioso foi exactamente por causa disto que tivemos os problemas. Sabe-se muito bem de quem é a responsabilidade, portanto não vale a pena falar-se mais sobre isso. De qualquer maneira estamos aqui, sobretudo com os serviços num programa muito profundo de regularização ambiental de qualificação, também só que é bom dizê-lo, tudo aquilo que há para fazer esta limpeza na Região Centro, na Comissão de Coordenação da Região Centro que tem cem Municípios são um milhão de euros é o que há para fazermos todos estes trabalhos e todos estes investimentos, façam as contas muito rapidamente que esta é muito mais fácil que determinar o PIO, a gente não faz aqui confusões se dividirem um milhão por cem vejam lá quanto é que dá? Isto é o que dá em média por cada Município para fazer este trabalho, é o que há na Região centro para esta matéria. O Senhor Presidente da Junta Joaquim Polónio veio falar sobre a estrada duzentos e vinte e nove e deixem-me dizer-vos como isto é curioso, como é que isto se casa com a discussão, há bocadinho dizia-se que o Senhor Presidente de Junta só sabe aquilo que é da sua Freguesia, sabe pouco mais, depois veio um Senhor que até já foi Presidente de Junta dizer que o Senhor é o primeiro responsável pela duzentos e vinte e nove, o que não deixa de ser curioso! Eu acho que este Senhor Deputado, por pouco estava a dar uma lição ao Senhor Presidente de Junta de Côta, faltava-lhe dizer uma coisa que aprendeu em sentido contrário, ele sabe como se ganham eleições e portanto o Senhor Presidente da Junta de Côta sabe muito bem, só que veio com esta, o Senhor é o primeiro responsável, quem é que não sabe quem o responsável pela duzentos e vinte e nove, disse que ia começar as obras no primeiro trimestre de dois mil e sete, o Senhor Presidente da Junta tem isso escrito. Quando fizeram o movimento dos Presidentes de Junta a insurgirem-se com o mau estado da duzentos e vinte e nove, foi-lhes dito que as obras começariam no primeiro trimestre de dois mil e sete, estamos no primeiro trimestre de dois mil e oito e ainda não vimos começar e nem vimos muita gente interessada em trazer isto à colação, mas foi dito está escrito, se perguntarem também à Senhora Directora de Estado também diz a mesma coisa, foi prometido que a obra iria começar no primeiro trimestre de dois mil e sete, portanto o Senhor Presidente da Junta faz muito bem em assumir com Presidente da Junta e como Deputado, trazer cá este assunto, e não trouxe só da sua Freguesia trouxe de uma série de Freguesias, como um Deputado de pleno direito, acho muito bem que ponha estas posições aqui. Eu não ouvi o que disse a Deputada Cláudia Bento, mas acho que tem a ver com esta política de juventude com a política de desporto,



de facto eu acho e nem nunca ouvi falar do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, sempre ouvi o Secretário de Estado do Desporto, aquilo que ouvimos é a guerra com as Associações, da Juventude pouco ouvi de facto tudo aquilo que foi dito aqui nomeadamente a dificuldade de apoio aos jovens, naturalmente, tem, digamos, a nossa compreensão. O Doutor Mendes da Silva colocou aqui questões muito curiosas, para já a perguntar-me se eu sempre fui adepto da Regionalização? Completamente toda a gente sabe disso, nem sei de onde é que vem a confusão. Eu sou Presidente de uma Associação que pôs no seu Congresso favorável à Regionalização e eu assumi essa situação, já agora também não percebi porque ficar admirado em confundir a pessoa com o Órgão, há algumas pessoas na Associação dos Municípios que eu presido que são contra Regionalização, mas a posição formal da Associação é a favor da Regionalização. A Câmara de Viseu nunca se pronunciou, nem faço ideia de que é que os meus vereadores pensam, qual é a ideia que tem sobre a Regionalização, nem tem que o fazer, é um posição pessoal que me vincula a mim, mas eu sou a favor. Eu era contra aquela Regionalização que se fez e que foi proposta, naturalmente que tinha a minha posição frontal e conheço muita gente que está nesta situação, aquilo que se fez com o estado do País a assimetria que se foi acumulando por causa desse estado, cada vez há mais gente a favor da Regionalização, sobretudo gente do interior, onde as pessoas que mais estavam contra a Regionalização eram em maioria neste momento já dizem venha a regionalização porque de facto nós só perdemos por de facto temos um País mais centralizado, todas as políticas que são tomadas, são no sentido da centralização, querem um exemplo mais flagrante na própria Lei Eleitoral de que há bocadinho não falava, ainda agora se faz esta distinção, “Municípios Lisboa e Porto”, nós dizemos porquê? Isto é um hino à centralização, a lei devia dizer: “Municípios com mais de duzentos mil habitantes”, então eram todos os que estivessem acima, independentemente de ser Lisboa ou Porto ou fosse quem fosse, eu sou a favor da descentralização. Quanto à escolha da capital não me pronunciei, Viseu para mim era a capital do Mundo, não era a capital da Região, era a capital do País ficava aqui muito bem, mas eu não me pronuncio sequer sobre isso. O conceito de Regionalização na minha perspectiva e sobretudo na perspectiva que eu tenho para a Região Centro, é ter uma série de cidades que possam ser capitais de várias coisas, não se pode é ser capital, quando uma cidade como Castelo Branco, está da cidade de Coimbra de um potencial candidato a capital, duas horas e meia de carro, isso é que não pode, dá ideia do País que estamos a construir. Vejam a dificuldade que temos em implementar a Auto-estrada daqui para Coimbra, portanto o que eu defendo é que haja uma rede viária adequada nas estradas e por isso, sou um defensor dos túneis da Covilhã, só por uma razão é para podermos ficar rapidamente junto a Castelo Branco e assim é que eu penso que se constrói uma Região, agora nós podemos muito bem ser a capital disto, Castelo Branco ser a capital do outra coisa e Coimbra também e até pode lá ser a capital Administrativa, acho que não ganhamos nada com este País centralizado tal como está e podem-me dizer assim, é um País pequeno, tudo bem, mas levou-nos a um País mais desequilibrado, então tenhamos uma outra postura. Vejam o que se passa com o QREN, conhecem alguma estrutura mais centralizada. Nós andamos aqui com uma guerra com a contratualização para ver se capturamos alguns investimentos porque se não são todos distribuídos pela Administração Central a seu belo prazer, portanto quando acordar já sabemos que estão tantos nesta travessia, outros não sei quantos no aeroporto, depois começam as migalhas, por isso é que eu me insurjo contra esta situação. Depois foi trazido aqui a parte que diz respeito à Lei Eleitoral, foi assunto que já foi debatido Senhor Presidente, portanto não se me oferece dizer mais nada sobre esta matéria. Senhor Presidente já agora não por uma questão de reparo, mas uma questão de esclarecimento tem a ver com os resultados das votações, até para a imprensa que acompanha estas situações, dizer exactamente o que se passa aqui, eu custa-me muito quando aparece uma votação como esta, aliás eu fiz um apanhado da



últimas votações, quando aparece uma posição como esta, eventualmente passar para o exterior o Partido Socialista votou contra, votaram sete elementos do Partido Socialista, é bom saber isso como nas anteriores e portanto votou-se assim esta Moção: Teve quarenta e seis votos a favor, sete contra e seis abstenções e era apenas isso Senhor Presidente”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Concluimos então o período antes da “Ordem do Dia” e vamos passar ao período da “Ordem do Dia” com o ponto um, informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Municipal nos termos da alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove, noventa e nove. Dá a palavra de novo ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a sua intervenção neste período”. -----

- **VINTE E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Continua a sua intervenção do seguinte modo: “ Vou ler exactamente a minha intervenção sobre esta matéria e que propositadamente dediquei à Educação. O planeamento escolar do Município de Viseu foi orientado, numa primeira fase, pela aplicação dos sucessivos diplomas que foram regulamentando a descentralização de competências educativas e pela capacidade de, enquanto interventores autónomos, dar voz à organização concreta das comunidades locais e de ir ao encontro das suas especificidades. Tratou-se de tornar as decisões mais eficazes porque mais próximas dos problemas, mais adaptadas às necessidades e expectativas das populações e mais abertas às iniciativas e energias dos agentes educativos locais. Com a elaboração, aprovação e homologação da Carta Educativa do Município de Viseu, a qual mereceu rasgados elogios públicos, foi possível pensar o sistema educativo local e a rede escolar subordinando-a a conceitos de racionalização, que devem ter em linha de conta os princípios da diversidade (tipologias de estabelecimentos), da flexibilidade (soluções e alternativas) e da complementaridade (na gestão e utilização de recursos). É o momento de fazer uma descrição da intervenção da Câmara Municipal em matéria de educação partindo, em concreto, das competências estabelecidas legalmente, as quais se referem à Educação Pré-Escolar e ao Primeiro Ciclo do Ensino Básico, com particular destaque para: Construção, manutenção e apetrechamento do parque escolar; Acção social escolar e complementos educativos; Transportes escolares; Desenvolvimento de projectos e iniciativas de carácter pedagógico. A última década foi a expressão da vontade da Câmara Municipal de Viseu de dotar o município com os equipamentos educativos necessários para dar resposta ao aumento de procura por parte de inúmeras famílias que escolheram Viseu para viver. Na sequência de uma política de descentralização que tem sido prosseguida com a finalidade de permitir maior eficiência e eficácia nos procedimentos, a Câmara Municipal de Viseu executou obras de requalificação em muitas escolas e jardins-de-infância, através de contratos-programa com as Juntas de Freguesia. Até ao momento foram celebrados setecentos e vinte e um contratos-programa no valor global de seis milhões, oitocentos e quinze, quinhentos e oitenta ponto quarenta e cinco euros. A este valor devemos acrescentar o custo total da Escola de Jogueiros, ou seja, mais um milhão, oitocentos e noventa, quinhentos e trinta e quatro ponto cinquenta euros. Complementarmente, e porque se trata de estruturas de proximidade que lhes permite actuar com mais rapidez, são anualmente disponibilizadas verbas às Juntas de Freguesia para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino das respectivas freguesias, este ano lectivo, no valor de duzentos e cinquenta euros por sala. Também a qualidade dos espaços educativos e o bem-estar dos alunos, professores e funcionários não foram descurados, tendo o município feito intervenções ao nível do aquecimento ambiente em cinquenta e três estabelecimentos escolares e, ao nível da segurança, em setenta e três. Esta política de requalificação dos espaços tem sido complementada com uma acção atenta e permanente a outros níveis: Assim, na educação pré-escolar, da análise realizada, em sede de Carta Educativa, sobre a capacidade disponível das salas dos Jardins-de-infância existentes, verificamos que a taxa



de cobertura concelhia é de noventa e quatro por cento. Daqui resulta que a capacidade instalada na educação pré-escolar, a nível do município, responde à procura potencial, tendo em conta o actual número de crianças. A nova sala a funcionar já em Carragosela (Cavernães) e a construção dos novos Jardins-de-infância do Viso, Ranhados, Rio de Loba e Abraveses darão resposta ao número de crianças previsto no grupo etário dos três anos. Ao nível do primeiro Ciclo, está assegurado o regime normal, alimentação e o prolongamento de horário na maior parte das escolas actualmente em funcionamento. Nas escolas situadas nas freguesias urbanas e periurbanas, verificam-se alguns problemas na gestão da rede escolar concelhia. Esta situação, que decorre tanto do crescimento demográfico como do próprio quadro normativo que possibilita que os pais e encarregados de educação escolham as escolas para os educandos em função de motivações próprias, conduz a uma dificuldade de previsão do fluxo migratório da população estudantil e traduz-se na sobrelotação dos estabelecimentos de ensino com crianças não pertencentes à freguesia onde a escola está inserida. A construção de novos centros escolares, que integrem na sua estrutura física espaços para a educação pré-escolar, é a estratégia definida para resolver o problema de funcionamento em regime duplo das escolas do 1º ciclo da cidade e para dar resposta de qualidade às novas exigências do sistema educativo. Neste sentido, adquirimos já o terreno para a construção da Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância de Ranhados. Aguardamos que o Ministério da Educação cumpra o Protocolo assinado, disponibilizando os projectos e assegurando o respectivo financiamento. No âmbito da acção social escolar, que compreende a atribuição de benefícios em espécie ou de natureza pecuniária, de acordo com as condições económicas apresentadas pelos agregados familiares, mais não são do que subsídios destinados a compartilhar as despesas escolares dos alunos carenciados, concretizando-se em duas modalidades: subsídio para manuais e material escolar e subsídio para alimentação. As normas para atribuição de subsídio são regulamentadas anualmente, sendo o seu valor fixado pela autarquia. Nos últimos anos, as verbas despendidas com estes encargos atingem um valor médio próximo dos quarenta e um mil euros/ano. No que respeita às refeições escolares servidas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, estas são na sua totalidade fornecidas por entidades externas com as quais a Autarquia estabelece protocolos anuais. Em relação à Educação Pré-Escolar, a autarquia tem estabelecido acordos anuais com o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social tendo em vista o apoio à componente social desta primeira etapa da educação básica (alimentação e prolongamento de horário). Nos últimos anos tem-se verificado um aumento muito significativo desta comparticipação, por parte da autarquia, tendo atingido, no último ano lectivo, o valor global de oitocentos e vinte mil quinhentos e setenta e três pontos setenta e oito euros. A autarquia despende, actualmente, por dia para cada aluno carenciado que faz a refeição nas escolas do primeiro ciclo, cerca de dois euros (cem por cento do custo da refeição) para os alunos abrangidos pelo escalão A, uma média de um euro (cinquenta por cento do custo da refeição) para os alunos abrangidos pelo escalão B, suportando, ainda, a comparticipação diária de cerca de vinte e seis cêntimos por cada aluno utilizador dos refeitórios, de acordo com o contrato-programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do primeiro Ciclo do Ensino Básico, celebrado entre a Câmara Municipal de Viseu e a DREC, em consonância com o disposto no Despacho número vinte e dois, duzentos e cinquenta e um de dois mil e cinco, de vinte e cinco de Outubro. Este Programa abrange, no presente ano lectivo, cerca de mil setecentos e vinte alunos. A Câmara Municipal de Viseu tem, igualmente, desenvolvido uma política de transportes escolares de acordo com o Decreto-Lei número duzentos e noventa e nove de mil novecentos e oitenta e quatro, de cinco de Setembro, visando garantir o acesso à escola e dotar a rede de transportes escolares de uma maior



funcionalidade, de forma a cobrir as necessidades de toda a população escolar. No último ano lectivo o Plano de Transportes Escolares do Município de Viseu abrangeu dois mil, oitocentos e sessenta e seis alunos e correspondeu a um investimento da Autarquia de novecentos e sessenta e sete mil, zero noventa e cinco ponto vinte euros. Por outro lado, no ano lectivo de dois mil e cinco, dois mil e seis, o Município de Viseu assumiu-se como entidade promotora do ensino do Inglês aos alunos dos terceiros e quarto anos do primeiro ciclo do ensino básico, ao abrigo do Despacho número catorze, setecentos e cinquenta e três, setecentos e cinquenta e três, de dois mil e cinco, de cinco de Julho. Definida como “uma oferta extracurricular gratuita, que permite desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem deste idioma ao longo da vida” integrava também um conjunto de intenções que se relacionavam com o alargamento do horário lectivo nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico. Tratava-se de universalizar boas práticas que muitos Municípios já desenvolviam para as suas crianças, com o envolvimento dos agrupamentos, do movimento associativo, clubes e outros agentes locais. Neste primeiro ano, no nosso Município, o Programa envolveu mil, setecentos e quarenta e um alunos e foram recrutados trinta e três docentes, licenciados na área do ensino da língua inglesa, recrutados mediante concurso promovido pela autarquia para o efeito. No ano lectivo dois mil e seis e sete, o Despacho doze, quinhentos e noventa e um, de dezasseis de Junho, na sequência da experiência obtida no ano lectivo anterior, veio regulamentar o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular visando a melhoria das condições de ensino e aprendizagem no primeiro ciclo. No nosso Município, neste segundo ano, o Programa abrangeu quatro mil, quinhentos e dez alunos, que foram acompanhados por cinquenta e oito professores de Música e de outras Expressões, quarenta e seis de Educação Física e Desportiva e trinta e nove de Inglês. No presente ano lectivo, o Programa envolve quatro mil quinhentos e setenta e nove alunos e foram contratados pela autarquia para leccionar as diferentes actividades quarenta e cinco professores de Inglês, cinquenta e um professores de Actividade Física e Desportiva e oitenta e quatro professores de Música e outras Expressões. Para além destas intervenções de enriquecimento curricular promove a edilidade, desde há vários anos, diversos projectos e programas no domínio educativo, elaborados de forma concertada por equipas municipais, com o apoio de diversos agentes educativos. A “*Escola vai...*” é um dos projectos mais transversais da programação cultural da Autarquia ao permitir vivências em áreas determinantes para o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, para um crescimento equilibrado, principalmente ao nível do pré-escolar e do ensino básico. “*Netviseu@I'ceb*” é um projecto que visa a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas do primeiro ciclo, os Senhores Presidentes da Junta recordam-se na última reunião que tivemos a alegria de uma professora a fazer referências ao quadro interactivo que também estamos a instalar nas nossas escolas. *Viseu Jovem, Viseu Futuro* é um projecto destinado à comunidade escolar do primeiro ciclo do concelho que tem como objectivos contribuir para o desenvolvimento integral e harmonioso dos jovens, proporcionar a prática da actividade física e desenvolver a capacidade de estabelecer relações com os outros na base do respeito, confiança, consideração e cooperação. *Jogos Desportivos de Viseu*, programa destinado aos jovens dos sete aos dezasseis anos que pretende promover e divulgar os benefícios da prática desportiva, de acordo com um conjunto de valores e atitudes que fomentem o espírito desportivo e a saudável competição entre os praticantes. Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados o que acabei de expor é demonstrativo de que a educação é, naturalmente, uma prioridade política do Município de Viseu. Profundos conhecedores das realidades locais, os Municípios são constantemente chamados a assumir responsabilidades na definição de medidas educativas, a nível local, quer enquanto interventores autónomos, quer como parceiros privilegiados da Administração Central.



Actualmente pode mesmo falar-se de um alargamento cada vez mais amplo da esfera de competências municipais na educação e de estar em curso um processo de *relocalização* das políticas educativas. É oportunidade de fazer uma breve resenha de como esta matéria tem evoluído nos últimos anos. É conhecido o impulso descentralizador ocorrido na década de oitenta, quer pela transferência da responsabilidade em matéria de organização e funcionamento dos transportes escolares, quer pela assumpção da acção social escolar para as crianças do primeiro ciclo, quer ainda pela publicação do Decreto-Lei número setenta e sete de mil novecentos e oitenta e quatro, de oito de Março, diploma que pretendeu estabelecer uma delimitação de responsabilidades entre as Administrações Central e Local. Na prática e no que diz respeito à educação, ou porque nunca foi objecto de regulamentação, ou porque nunca foram transferidos os correspondentes meios, este diploma conduziu a uma degradação geral dos imóveis afectos ao primeiro ciclo e a um assumir de responsabilidades de forma avulsa e casuística, de acordo com as necessidades da população escolar. Com excepção da Lei-quadro da Educação Pré-Escolar e da sua operacionalização para os Municípios, através de Protocolo subscrito em mil novecentos e noventa e oito, só com a Lei número, cento e cinquenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de catorze de Setembro, se voltou a equacionar de forma conjugada as transferências de competências em matéria de educação para os Municípios. Esta Lei, em si mesma, não transferiu nenhuma competência concreta. Veio sim definir que todas as transferências a efectuar teriam de ser objecto de diplomas regulamentares próprios, a publicar nos quatro anos seguintes. Ainda hoje estamos em noventa e nove devia concluir essa regulamentação para dois mil e três estamos em dois mil e oito, como sabem. Alguns anos mais tarde, a quinze de Janeiro de dois mil e três, o Decreto-Lei sete de dois mil e três, regulamentou duas novas competências municipais com influência na concepção, organização e planeamento do sistema educativo local. De facto, este diploma confere novas responsabilidades aos municípios relativamente à instalação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, órgão que institucionaliza a intervenção das comunidades educativas ao nível do município, e à elaboração da Carta Educativa, instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino. Este é, de facto, um documento de particular relevância, que consideramos instrumento basilar para o enquadramento de posteriores e consequentes transferências de competências. A intervenção dos Municípios na área da Educação, como já vimos, tem sido consolidada ao longo dos anos, envolvendo um vasto conhecimento dos problemas e uma experiência fundamental a que é justo dar o devido relevo. Recentemente foi apresentado à ANMP um projecto de diploma visando transferir para os Municípios, para o ano lectivo de dois mil e oito e dois mil e nove, as seguintes competências: Pessoal não docente do ensino básico e da educação pré-escolar; Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar; Actividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo do ensino básico; Gestão do parque escolar nos segundos e terceiros ciclos do ensino básico; Acção social escolar nos segundos e terceiros ciclos do ensino básico; Transportes escolares; condicionando essas transferências à existência de carta educativa homologada e à celebração de contratos de execução. Eu chamo à atenção para esta última parte porque a existência de contratos de execução dá às Autarquias a possibilidade de quererem ou não esta possibilidade de transferência. Relativamente à transferência de recursos financeiros está prevista para a generalidade das situações a transferência das dotações inscritas no Ministério da Educação, para o ano lectivo de dois mil e oito, dois mil e nove, para pagamento das despesas em cada uma das responsabilidades que se pretende transferir. Trata-se de uma proposta que enquadra muitas das áreas que consideramos transferíveis para os municípios. No entanto, há que ter em conta os princípios, desde sempre assumidos, a observar em quaisquer transferência de competências, designadamente a melhoria do



serviço prestado, a salvaguarda da independência hierárquica e financeira e a homogeneidade da unidade de gestão a descentralizar. Assim, não se devem gerar quaisquer equívocos de tutelas, nem criar “zonas cinzentas” de poder: Transferir a competência significa passar para outrem a responsabilidade de alguma coisa, deixando o detentor originário de ter qualquer poder e responsabilidade naquilo que transferiu. Existirá sempre e respeitamos a “tutela de legalidade”. É a Constituição e a Lei que estabelecem quem, como e com que conteúdo pode ser exercida a tutela administrativa sobre as autarquias. Está excluída qualquer *tutela de mérito* sobre a actividade das autarquias. O que será necessário garantir é o acompanhamento, no sentido do apoio técnico, do Ministério da Educação aos Municípios para exercício destas novas competências, aproveitando-se, assim, todo o conhecimento que o Ministério tem sobre estas matérias. É indispensável a alteração dos critérios de distribuição do Fundo Social Municipal com alteração à Lei das Finanças Locais, de forma a permitir uma distribuição justa e equitativa das dotações previstas, assegurando o cumprimento das transferências de competências na área da Educação na medida das necessidades reais de cada Município. A assumpção por parte do Município de Viseu das responsabilidades previstas traduz-se na necessidade de mais recursos técnicos e humanos para enquadramento do conjunto de serviços de educação, de forma a responder a esta nova escala. A inclusão de todo o pessoal não docente no conjunto de trabalhadores da Câmara Municipal vai levar a um acréscimo de trabalhadores superior a cinquenta por cento. Assim, a despesa com o pessoal não docente reflectir-se-á não só nos custos directos com o novo pessoal, mas também nos custos de estrutura do Município, que verá as suas despesas correntes crescerem de forma muito significativa. Estas novas responsabilidades originarão uma inevitável e maior complexidade na organização interna da Câmara Municipal, nomeadamente nos Recursos Humanos e gestão técnica de equipamentos, que terão agora de responder quer às necessidades de um número significativo de novos trabalhadores, quer ainda à manutenção de um número acrescido de equipamentos. Este é, no entanto, um grande desafio que, em nome da qualidade do serviço educativo local, continuaremos a assumir. Senhores Presidente depois são os diplomas e os quadros que somos obrigados a apresentar, tal como a situação financeira e a informação prevista na alínea c do número um do artigo cinquenta e três”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos. -----

- VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O Decreto-Lei número sete de dois mil e três de quinze de Janeiro, regulamenta os Conselhos Municipais de Educação, aprova o processo de elaboração da carta educativa e transfere para as Autarquias competências adicionais, já foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Todos sabemos que as decisões estão mais correctas, quanto mais próximos do cidadão estiver quem as toma e que a proximidade dos problemas aumenta o conhecimento da realidade, nos seus detalhes e aspectos mais concretos, quanto mais próximo melhor. Estamos a assistir ao momento em que o Governo parece abdicar de competências e passa a transferi-las para o nível municipal, nomeadamente a gestão do parque escolar, a acção social escolar do segundo e terceiros ciclos, a gestão do pessoal não docente das escolas como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Estes funcionários, principalmente o pessoal auxiliar da acção educativa devido ao contacto assíduo com os alunos constitui um precioso capital na sua formação, eles são os depositários desde um grande número de informação, quer se trate de dados pessoais ou de problemas momentâneos. O seu relacionamento reveste esta familiaridade, eu sei que o Senhor Presidente da Câmara nutre um carinho muito especial por estes funcionários, estas medidas são melhor exercidas a nível local que têm a legitimidade democrática, é importante que a discussão não se centre na descodificação dos meios a medir mas também nos financeiros. Com a



rede educativa pretende-se dotar a educação de estabelecimentos adequados, onde possam desenvolver as actividades curriculares e extra-curriculares de forma a segurar a igualdade e oportunidade de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos visando o sucesso do percurso escolar obrigatório e que este caminhar se faça de preferência numa única escola ou agrupamentos. Uma das competências do Conselho Municipal de Educação, criado pelo mesmo decreto é a elaboração da carta educativa, instrumento de planeamento e de orientação de quem toma decisões. Alguns presentes recordam-se que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, inaugurou em dois mil e quatro, a Escola Básica integrada Dom António Monteiro em Jogueiros (Ranhados), paga integralmente pelo Município de Viseu, este é um bom exemplo da estratégia da Autarquia de Viseu em apostar num serviço de educação de qualidade, antecipando-se às virtualidades da carta educativa, isto é política educativa precoce inteligente. O Município de Viseu tendo em vista alcançar os objectivos previstos na carta educativa, nomeadamente na qualidade de serviço público de educação e no funcionamento de escolas do primeiro ciclo em regime normal, passa pela construção dos seguintes centro educativos: “ Escola Básica com Jardim-de-infância em Ranhados; Escola Básica integrada de Santo Estêvão, Abraveses na envolvência da Avenida da Europa; Escola Básica em Rio de Loba” é a proximidade das Autarquias em relação às escolas, permitirá gerir com eficácia os recursos disponíveis, sem meios não se atingem os fins. Para concretizar estes desideratos são necessários financiamentos, os Municípios podem candidatar-se aos fundos comunitários através de projectos. Para que estas candidaturas sejam aceites é condição que a carta educativa seja aprovada e homologada. A carta educativa do Município de Viseu foi aprovada e homologada em vinte e nove de Maio de dois mil e sete, assim a Autarquia de Viseu reúne as condições para o fazer. Pelo que ouvimos e lemos na Comunicação Social as verbas destinadas à Região Centro mal chegam para construir um Centro Educativo por Concelho, o que me leva a perguntar ao Senhor Doutor Fernando Ruas, na qualidade de Presidente da Câmara e dos Municípios, como pode fazer obra sem meios, como pode cumprir o que está plasmado na carta educativa, se os projectos não forem aprovados. As transferências não terão encargos demasiado onerosos para o Município e em relação à gestão de escolas e dos seus docentes, qual será o papel do Município. Queremos acreditar que o Governo esteja de boa fé e não alieire responsabilidades. Termino com Pitágoras “Educai as crianças e não será preciso castigar os homens”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- VINTE E QUATRO – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “O Senhor Presidente da Câmara apresentou hoje a esta Assembleia a actividade desenvolvida pelo Executivo na área da educação e apraz-nos registar este facto, até porque muitas vezes nesta Assembleia se desvia para cantos os assuntos verdadeiramente importantes deste Município, incluindo mesmo, a maioria da Assembleia achando-se no direito de espalhar e condicionar e engavetar algumas das intervenções da oposição, tanto à forma quanto ao conteúdo das mesmas. De maneira que volto a dizer, apraz-nos registar que a educação seja hoje aqui discutida e apraz-nos registar o destaque e a importância que o Executivo dá a esta temática, permitindo à Assembleia a possibilidade de um debate de forma estruturada em torno de questões que não devem revestir outro carácter, se não o da procura de melhor qualidade a respostas educativas no Concelho. Sublinhamos positivamente, que a educação surja agora no plano das intenções, como prioridade política do Município. A assunção pela Autarquia das responsabilidades e manifestação das preocupações com a qualidade dos espaços e equipamentos escolares. que passou e passa obrigatoriamente pelo ordenamento da rede do ciclo, imprimem alterações profundas no campo conceptual no discurso defendido ao longo destes últimos anos. O



princípio subjacente à criação de centros escolares ou pelo menos de edifícios com várias valências, que respondam às exigências que hoje se colocam à escola, uma escola inclusiva, integradora, nomeadamente a educação para a cidadania, para a saúde, educação ambiental, para as novas tecnologias, parece estar assumido pelo executivo, facto que aplaudimos vivamente. Com a manifestação deste pressuposto está a fotografia que ilustra o documento, não é uma escolinha com dez ou vinte alunos, quatro paredes caiadas, mas uma estrutura que também nos orgulha como visienses e que se enquadra nas actuais políticas educativas. A propósito e se reflectirmos sobre a questão do fluxo migratório dos alunos para a cidade, que implicou o esvaziamento de algumas escolas de meio rural, veremos que os pais procuravam em escolas como por exemplo: “As da Ribeira e Marzovelos” as condições de aprendizagem que já abrangiam actividades de enriquecimento curricular, projectos inovadores, actividades de ocupação de tempos livres, turmas com um ano de escolaridade, refeições, etc..., qualidade educativa impensável num anterior quadro de ordenamento de edifícios escolares, convém abrir aqui um parêntesis, com toda a justiça relembrar que se operaram com este governo socialista as maiores reformas no primeiro ciclo de que há memória. Sem estas medidas, sem esta articulação com as Autarquias, com transferência de mais competências e consequentemente de financiamento, a apresentação da Actividade Municipal no âmbito da educação, reduzir-se-ia a pequenos pormenores, se não vejamos, a requalificação dos edifícios, o reordenamento da rede, a escola a tempo inteiro, as actividades de enriquecimento curriculares, o Inglês, a Música, a Expressão Plástica, a Educação Física e o Desporto, o fornecimento de refeições, a rede pré-escolar com a componente de apoio à família, estão todos estes projectos incluídos neste quadro de reformas, a este propósito é imperioso relembrar o relatório da Comissão Municipal de educação de vinte e nove de Junho de dois mil e sete, apresentada aqui que enumerou uma série de fragilidades que davam voz a algum descontentamento das escolas no que respeita a equipamentos, materiais, espaços adequados a prática de educação física para não mencionar as eternas questões como as dos transportes e a segurança sobre as quais não á nenhum ponto de situação. A aplicação dos normativos que regulamentam todas estas alterações de fundo, foi conduzida atempadamente pela Autarquia, na verdade. No entanto, numa lógica do suficiente uma inspecção aos edifícios escolares que nem necessitaria de ser muito rigorosa à semelhança do que se verifica noutras áreas, encerraria de certo pela falta de segurança, acessibilidades e higiene muitos dos edifícios. Relativamente aos enunciados projectos, iniciativas de carácter pedagógico são pouco ambiciosos, já aqui referi várias vezes pouco inovadores inclusivamente se compararmos com Concelhos próximos como nós centralidade e capacidade financeira. O QREN, o quadro de referência estratégico nacional no regime específico de aplicação dos apoios a conceder no âmbito do programa operacional-regional, que permitirá e constitui uma oportunidade única para os Municípios que se encontram nas condições impostas no regulamento específico, que é o caso de Viseu, tem a carta educativa homologada e permitirá a candidatura de construção de raiz de centro escolares, ampliação, construção de outros edifícios, melhoria de espaços exteriores, espaços cobertos desportivos no sentido da superação destes constrangimentos enraizados e tão condicionadores do sucesso educativo. Para terminar e perante o vazio de informação sobre a matéria relevante como é esta questão das candidaturas. Penso que interessará a esta Assembleia, em saber sobre que projectos vão recair candidaturas e em que fase se encontra o processo da EBI de Ranhados”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para apresentar um protesto: “ Eu tenho que lavar um protesto pelo começo da intervenção da Senhora Deputada. Não posso aceitar que a



Senhora tenha chegado aqui, começar por congratular-se pela situação e por aquilo que foi aqui apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, em relação à Educação no Concelho de Viseu e depois aproveitar este “Passar a mão ao correr do pêlo” e acusar esta Assembleia concretamente o PSD de chutar para “canto e engavetar”, os termos são de Vossa Excelência, exercer o direito do voto que nos foi conferido pelos eleitores do Concelho de Viseu e que nos atribui a maioria que nós temos, é exercer democracia, por isso mesmo, o meu protesto, é exercer democracia, “não é engavetar não é chutar para canto”, é só isto”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – Pede a palavra também para apresentar um protesto: “Da mesma forma eu venho lavar um protesto, porque nós não podemos aceitar que sendo democraticamente eleitos para representar a população do Concelho de Viseu, exactamente a mesma, a Senhora Deputada tenha dito o seguinte, eu passo a citar porque eu tomei nota e depois isto passou um bocado escondido na sua intervenção, porque depois passou à intervenção escrita, e a Senhora Deputada disse isto: “ A maioria da Assembleia acha-se no direito de engavetar, espartilhar as opiniões da oposição, isto é lamentável e o mínimo que se pede à Senhora Deputada é que peça desculpa à bancada do PSD, porque efectivamente estava e referir-se a esta, nos termos em que o fez. Por outro lado aproveitava dizer-lhe Senhora Deputada que a Senhora esteve um bocado distraída, quando o Senhor Presidente apresentou a Actividade Municipal, porque diz que surge agora como prioridade a educação, surge agora como prioritário no plano do Município. A Senhora Deputada não esteve atenta, o Senhor Presidente da Câmara enumerou uma série de factores que contribuíram exactamente para o desenvolvimento do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, depois apontou números e os números são de agora, quero só dizer-lhe Senhora Deputada, nomeadamente em relação às actividades de enriquecimento curricular, na Actividade o Senhor Presidente dizia que no ano anterior havia quatro mil quinhentos e dez alunos abrangidos, neste ano, são quatro mil quinhentos e setenta e nove alunos abrangidos, também por outro lado e porque estou a ver que à uma manifestação na bancada socialista, parece que estão incomodados precisamente por dizer-mos as verdades. Também o meu protesto relativamente às palavras da Senhora Deputada quando afirma que com este Governo Socialistas operaram-se as maiores reformas a nível do primeiro ciclo e depois enumerou um conjunto de reformas e eu protesto porque precisamente mais uma vez a Senhora Deputada esquece o papel da Autarquia, porque tudo aquilo que foi enumerado na Actividade da Câmara não foi a Administração Central, esta resume o seu papel, a transferir verbas, e verbas que vem dos bolsos dos contribuintes através dos pagamentos dos nossos impostos, porque depois quem faz o trabalho de organizar, o trabalho de acompanhar e de inovar é o Município”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar intervém dizendo o seguinte: “Senhor Deputado, o protesto apresentado pelo Senhor Deputado Esteves Correia foi efectivamente um protesto, aquilo que o Senhor Deputado apresentou foi um pedido de esclarecimento à oradora anterior. A verdade é que não se pode evocar uma figura do Regimento e depois não o fazer. Eu darei a palavra à Senhora Deputada para responder ao pedido de esclarecimento que lhe foi colocado. -----

- VINTE E SETE – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Pede a palavra para esclarecer o seguinte: “Penso que fui muito clara na minha intervenção, e a questão que eu trouxe aqui, foi sobre o funcionamento desta Assembleia. Acho que, também, todos temos o direito e o momento de nos pronunciarmos e isto aqui foi feito hoje aqui, várias vezes e noutras Assembleias e aquilo que eu fiz foi também usar do meu direito de intervir e de expressar as minhas opiniões sobre os assunto que estão em causa. O que eu sublinhei, foi que muitas vezes, hoje foi o exemplo máximo



do que eu vou descrever que se remete para canto e volto a repetir para assunto de natureza política nacional e não para assunto de política concelhia. A maior parte do tempo e a maior parte da discussão, aqui, não é a Assembleia da República, que eu saiba e portanto tenho o direito de o dizer e de me indignar com o facto de se discutir muito mais os assuntos de política nacional, aliás acusando muitas vezes ou remetendo para a bancada socialista as políticas do governo socialista, o que não tem nitidamente nenhuma razoabilidade. Por outro lado, a forma e o conteúdo das intervenções do Partido Socialista também não são sujeitas a crítica, como nós também, não nos achamos no direito de o fazer relativamente a intervenções inclusivamente do Senhor Presidente da Câmara. Portanto, temos todo o direito de fazer as intervenções conforme entendermos fazê-las, de maneira que, isto, respondendo ao Senhor Deputado Esteves Correia e relativamente àquilo que disse o Senhor Deputado Vicente, eu tenho muita pena, mas dizer-lhe que quem anda distraído é o Senhor, porque estas medidas são medidas do Governo Socialista e o Senhor Presidente da Câmara sabe muito bem e o Senhor Deputado também sabe, e que a transferência de verbas como é evidente terá que ser feita, porque o Município não teria esse arcaboço financeiro para o fazer, mas são medidas do programa do Governo Socialista, o Município faz o seu dever como parceiro. Agora o que o Senhor fez aqui foi inverter completamente a situação, por isso é que eu falei dos pormenores, eu queria ver se não houvesse estas medidas de fundo do Governo Socialista, deste Governo Socialista não estou a falar de outros, eu queria ver, o que é que o Município tinha feito relativamente ao Inglês, às expressões ou às refeições, é de longe a luta pelas refeições no primeiro ciclo e os Senhores Presidentes de Junta sabem muito bem do que é que eu estou a falar, aquilo que as Autarquias fizeram entretanto. Isto é um tema que não vale a pena estarmos a discutir, são medidas do Governo Socialista”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Mateus, Presidente da Junta da Freguesia de Ranhados. -----

- VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS) (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Não ficaria bem com a minha consciência, se não viesse aqui, falar de um assunto importantíssimo para a minha Freguesia e já tive oportunidade de o frisar aquando da assinatura do protocolo da cedência do terreno da minha sede da Junta em Ranhados. Congratulo-me, precisamente com essa assinatura que foi o ponto de partida para a construção da nova escola básica integrada de Ranhados, que não só irá servir a Freguesia de Ranhados, mas sim como está na “carta educativa” toda a zona periférica e que fica localizada no Viso Sul, uma zona de grande expansão demográfica e que vai contemplar toda aquela zona envolvente. Estou um pouco preocupado pelo seguinte: Em dois mil e sete o PIDAC apontava precisamente a construção da escola básica de Ranhados, em dois mil e oito foi retirada do PIDAC essa construção, em contrapartida a Câmara Municipal nos seus orçamentos sempre contemplou esta escola, desde dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito, prolongando até dois mil e dez, conforme está precisamente no seu orçamento. Eu vinha apelar, ao Senhor Presidente da Câmara, para a necessidade urgente desta construção, em virtude das escolas que estão na zona de Viseu estarem super sectoradas, nomeadamente a Escola de Repeses e a Escola do Viso Norte, e os alunos da Escola de Ranhados estão dispersos por todas as escolas da cidade de Viseu. É uma construção urgentíssima, que eu apelava e pedia ao Senhor Presidente da Câmara, para dinamizar o mais rápido possível esta construção e pedir também aos representantes do Governo, que sejam sensíveis a esta construção importantíssima para Ranhados. Eu queria agradecer precisamente tudo o que o Senhor Presidente da Câmara tem feito para bem da educação e para bem da construção desta escola”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----



- VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Os meus sinceros parabéns por trazer a esta Assembleia o tema sobre a educação. Não o faço para ser simpático com a Autarquia, não é o meu estilo, mas sim porque a discussão da política educativa é essencial para o desenvolvimento do nosso Concelho, da Região e acima de tudo do País. Eu farei um parêntesis na minha intervenção e dizer que provavelmente eu irei falar de assuntos de natureza nacional, porque a educação que eu saiba também é um de natureza nacional, que têm implicações nas pessoas que vivem nos Concelhos e por sua vez tem implicações nas decisões das Autarquias desses Concelhos. Assim, o primeiro ciclo de ensino básico, continua a ser a base do edifício escolar, de acordo com vários estudos é à escolarização inicial que mais influencia o acesso à formação ao longo da vida, como escreveu o Doutor Joaquim Azevedo, nos últimos vinte anos, em momento algum constituiu prioridade das políticas educativas o investimento no ensino primário. Acontece que os alicerces não mudaram de sítio, mas deram lugar à vertigem das auto-estradas, dos estádios de futebol, da Expo, TGV e dos aeroportos. O ensino primário, continua a ser o primeiro em termos de educação, mas completamente esquecidos pelos sucessivos governos, se os alicerces ainda não tombaram completamente pela sua degradação, deve-se na minha opinião apenas à intervenção das Autarquias, que com poucos recursos disponíveis vão realizando intervenções de qualificação de espaços. Os actuais dirigentes políticos, afirmam que existe uma preocupação com o primeiro ciclo e que o objectivo é manter as estruturas físicas que dão respostas a situações problemáticas de cada Concelho, é uma afirmação, da Senhora Directora Regional da Educação do Centro, vejamos se esta afirmação tem alguma correspondência com a realidade e peço ao Senhor Presidente que depois comente algumas das minhas afirmações por favor. Como sabem, foi definido para responder às novas necessidades educativas que seria necessário construir os chamados centros escolares, escolas que albergam o pré-escolar e o primeiro ciclo, antes de terem construído os referidos centros definidos nas “cartas educativas”, o governo fechou em dois mil e seis, mil e quinhentas escolas EB um no País todo, não vou fazer demagogia nem derramar lágrimas de crocodilo sobre as escolas encerradas. Alerto apenas, para o facto, do Governo limitar a fechar escolas sem construir previamente as alternativas adequadas. O Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios assinaram em Outubro de dois mil e cinco, um acordo em que o Ministério se comprometia até Abril de dois mil e seis a apresentar um modelo de financiamento e um calendário de concretização para a renovação do parque escolar do primeiro ciclo, só demorou dois anos a aparecer o referido plano, mas existe ainda uma situação mais grave, temos que a denunciar aqui. Como também sabem, está em vigor o QREN, dois mil e oito, dois mil e treze, para qualquer projecto aprovado pelo QREN existe sempre uma percentagem de financiamento que é nacional, como existe uma obsessão dogmática sobre o défice o Governo deliberadamente, ou não terá retardado a abertura dos concursos ao QREN Portugal, terá assim cumprido o objectivo do défice, mas terá atrasado mais uma vez o início da renovação do seu parque escolar, foi anunciado com pompa e circunstância que as Autarquias da zona centro, tenham ao seu dispor cem milhões de euros no QREN para a requalificação e modernização do parque escolar do primeiro ciclo e do pré-escolar, vamos lá desmistificar este anúncio, e peço aqui, que o Senhor Presidente traga dados se os tiver acerca disto. Se juntarmos por exemplo os Concelhos de Alenquer, Peniche, Abrantes, Vagos, Montemor-o-Novo, Viseu, Bombarral e São Pedro do Sul verificamos que necessitam de um financiamento do QREN, para realizar o previsto nas “cartas educativas” de trinta e nove milhões de euros, isto corresponde a trinta e nove por cento dos cem milhões de euros disponibilizados pela CCDRS para a zona centro. O problema é que na zona centro, não existem só oito Municípios, existem cem Municípios é fácil fazer as contas cem milhões de euros não vai dar para nada, senão me engano a



Directora Regional de Educação terá afirmado a semana passada que tinha receio que o financiamento previsto no QREN para as escolas não fosse todo utilizado, nós também receamos mas é o contrário, do que a Senhora diz, é que não haja é verbas suficientes. Uma nota só para o TGV estão definidos mil milhões de euros, como parece que o TGV português está destinado a ser um elefante branco, proponho ironicamente que as crianças da escola a encerrar sejam transportadas em TGV e que se necessário sejam utilizadas as próprias carruagens, para receberem as aulas, sempre terão melhores condições que muitas das estaduais escolas. Chegamos ao século vinte e um e não aprendemos com os erros do passado, são anunciadas muitas reformas espectáculo, mas é investido pouco e mal na educação. A visão dos nossos dirigentes sobre educação não pode oscilar entre o esquecimento e a paixão, é necessário trabalho árduo, longo e persistente”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA

(PSD) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Não era minha intenção fazer esta intervenção, mas não posso deixar de a fazer, na sequência da resposta que a Senhora Deputada Fátima Carvalho me deu, sobre o protesto que eu fiz sobre a sua intervenção. Eu gostava de conseguir entender, como é que é possível discutir problemas locais afastados das decisões nacionais, como é que é possível? Reivindicar um direito que Viseu tem por exemplo: A uma auto-estrada que ligue Viseu a Coimbra, sem invocar problemas de âmbito nacional, e mesmo como é que é possível, que o Senhor Presidente da Câmara teve a desfaçatez, de vir para aqui, apresentar uma coisa hoje, que é discutir o problema da educação no Concelho de Viseu, sem se poder falar e de se evocar a política do Ministério da Educação. A Senhora Deputada, quando aqui veio responder-me começou por dizer a afirmar e a reafirmar que tinha o direito, e tem todo o direito de dizer, até pode dizer coisas, que não sejam verdade, ou coisas que a Senhora possa estar convencida, mas anda um pouco distraída, afirmava e reafirmava que a maioria aqui, à custa de “chutar para canto”, para problemas nacionais, esquecia-se dos problemas locais, dos problemas Concelhios, mas depois esquecendo-se disto, foi afirmar que nada daquilo que o Presidente da Câmara apresentou tinha tanto valor como isso. Porque foi devido ao trabalho e à iniciativa do Ministério da Educação ao Governo Socialista e até terminou assim, devido ao “Governo Socialista, ponto” e eu diria assim, foi devido ao Partido Socialista reticências, basta ouvir aqueles problemas que foram levantados aqui, por o meu companheiro Joaquim Pedro e vamos a ver, abriu-se, sem dúvida nenhuma. À aqui uma coisa que é importante de dizer-se, é que não à dúvida nenhuma que temos um Governo altamente reformista, este Governo é do seu Partido Senhora Deputada e dou-lhe os parabéns, pela capacidade reformista que tem tido, só que na maioria dos casos e infelizmente, só se reforma, quando se está aflito e não se tem soluções e uma das reformas principal que se faz e no caso da Educação, assusta-me seriamente isso. Empurra-se para as Autarquias, tomem lá nós delegamos, nós todos somos a favor da descentralização ficamos todos satisfeitos e depois vem o bolo, mas vem envenenado, porque depois não à verbas e depois vão dizer às Câmaras querem? Façam. Se até aqui, e aí, não é só o seu Partido, também é o meu, utilizaram a política a nível do Ministério de Educação, que para haver escolas os Municípios acabavam por investir mais que o próprio Ministério da Educação e é se queriam ter escolas, a partir de agora, o caminho que nós estamos a ver é que se os Municípios, vão querer algumas coisa, que das muitas que ainda fazem falta para a educação, no primeiro, no segundo e no terceiro ciclo vão ser os Municípios que vão ter que tirar de outras verbas, porque o Ministério da Educação pelos vistos não lhes cria as condições necessárias para que tenham as verbas, até porque o próprio QREN é rei, e aqui voltamos ao mesmo problema. O dinheiro do QREN vai ser utilizado nas grandes obras e para isso o Partido Socialista, se foi eleito, com maioria absoluta, tem todo o direito de o fazer, mas nós também temos o direito de nos queixar, porque o TGV não é



para nós, TGV vai ser meter um garrote e mais outro garrote às Finanças Portuguesas, o aeroporto não é para nós, mas... mas... mas, Viseu pouco ganhará com ele e essas grandes obras não são para aqui, portanto eu não posso deixar continuar a passar a velha situação que os Senhores tanto a quererem institucionalizarem-se aqui, em contrapartida exactamente no lado oposto a nível nacional. A nível nacional, os Senhores tem toda a razão, tem maioria absoluta podem fazer tudo o que quiserem e nós não temos nem o direito de criticar, porque tudo o que fazem, tiveram a maioria dos votos, são os iluminados tem toda a razão, então deem-nos agora uma possibilidade. Se os Senhores têm maioria absoluta no Concelho de Viseu, o PSD tem uma maioria muito mais absoluta que os Senhores têm a nível nacional, então submetam-se também a isto e não se queixem. Se nós não nos podemos queixar, como a Senhora Deputada afirma aqui, não venha a dizer aqui que engavetamos, engavetamos o quê Senhora Deputada? Nós temos que sistematicamente reivindicar aqui neste âmbito, as consequências que estamos a ter de muitas políticas do actual Governo, como de outros Governos anteriormente, e até faça-lhe lembrar uma coisa, nesta actual maioria que aqui está nesta Assembleia Municipal, já nos ouviu neste âmbito também a reclamar contra a política do Governo que era do nosso Partido, nós não fazemos distinção. As políticas nacionais que afectam positiva ou negativamente o Concelho de Viseu, nós falamos delas, principalmente as que afectam negativamente em que vimos reivindicar. Os Senhores pelos vistos não gostam, se nós viermos aqui dizer que o Governo fez isto e aquilo e tudo muito bem, os Senhores ficam todos satisfeitos e ufanos, se trouxermos para aqui um problema que nos afecta negativamente, que nos prejudica e que a população não gosta, está mal feito, também há casos, não é só o não gostar, muitas vezes também está mal feito, porque está mal decidido, outras vezes está bem decidido mas a população não gosta. Se trouxermos estes problemas para aqui aos Senhores, “aqui d’el rei” que nós chutamos para canto os problemas concelhios porque queremos é falar dos problemas nacionais para dar pancada no Governo. Senhora Deputada não se doam assim parece mal e levem tudo pela mesma medida e a proporção é mais ou menos igual, aliás aqui a proporção é maior. A maioria absoluta no Concelho de Viseu é do PSD, a maioria absoluta no País e do PS, das duas uma, ou podemos contestar e discutir livremente e este é o ponto que eu defendo, neste âmbito quer num caso quer no outro, ou então se não podemos discutir nem tocar nos problemas de nível nacional porque é a maioria do Partido Socialista, então Senhora Deputada calem-se também e aguentem mais isto é a velha teoria “Ao vovô a ditadura”, e dizia o Craveiro Lopes para o neto, come e cala-te”, e nós não vamos nisso. Reclamas quando tens que reclamar, mas não venha agora atacar-nos, porque nós não engavetamos, engavetados andamos nós”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Maria Fátima Ferreira. -----
 - TRINTA E UM – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Usa da palavra para esclarecer o seguinte: “Eu só queria recentrar o debate, respondendo um pouco ao que disse o Senhor Deputado Esteves Correia e ao Senhor Deputado Joaquim Pedro, centrar o debate sobre a educação e lembrar à audiência que acho que é um facto indiscutível, que as prioridades políticas centradas na educação e na qualificação dos portugueses, têm sido sobejamente divulgadas por este actual Governo, e penso que isso tem o acordo de todos os portugueses e inclusivamente desta Assembleia, ou melhor fazendo aqui um parêntese, todas as medidas de política educativa relativamente às competências que dizem respeito às Autarquias e o Senhor Presidente da Associação Nacional dos Municípios e nosso Presidente da Câmara poderá esclarecer. Penso que têm sido concertadas com as Autarquias, e portanto aqui, nenhum atropelo a uma Associação com o peso da Associação Nacional dos Municípios, penso que esse problema é pacífico. Relativamente às prioridades Concelhias e Nacionais, relativamente a grandes elefantes brancos ou a grandes empreendimentos como é o TGV e



outras que vêm, a maioria delas já do anterior Governo PSD, são assuntos completamente diferentes, são despesas completamente diferentes e remetem-nos mais uma vez para aquilo que eu tenho dito relativamente à política local, que é aí, sobre isso, que eu acho, que se deve centrar o nosso debate, é relativamente às prioridades, se o que é prioridade é investir, muito dinheiro, muito financiamento, toda a capacidade de vários Ministérios relativamente à educação, também é importante que as Autarquias e não estou a falar só da nossa, porque isto é geral, que as prioridades na maioria das Autarquias sejam por exemplo pelas rotundas ajardinadas e o regar e o alindar as cidades. Basta entrar nos espaços exteriores das escola do primeiro ciclo, tirarmos umas fotografias e compararmos com as nossas rotundas e de outras cidades e vimos quais têm sido as prioridades da maioria das Autarquias”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Usa da palavra para responder. “Muito rapidamente Senhor Presidente eu vou responder a um esclarecimento que não me foi pedido, foi utilizada uma figura penso eu absolutamente errada, porque a Senhora Deputada não me veio pedir nenhum esclarecimento, mas exactamente por isso eu vou responder. A Senhora querendo falar das rotundas em Viseu, disse que era para aqui e para outros Concelhos, em todos os Concelhos há a preocupação e bem de fazer rotundas e jardiná-las, e dos jardins estarem arrançados. Em qualquer família se gasta dinheiro para se ter uma casa arrançada, andar bem vestido na rua, se poder ir ao cabeleireiro, poder-se ter uns bons sapatos e umas botas novas, toda a gente gosta de ter bom aspecto e nós temos que nos congratular porque o Concelho de Viseu, tenha a vontade de ter bom aspecto, e o bom aspecto que neste momento estão a ter as escolas do primeiro ciclo no Concelho de Viseu, deve-se ao esforço da Câmara Municipal de Viseu e das Juntas de Freguesia respectivas, não se deve a esforço nenhum do Ministério da Educação”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Usa da palavra para responder. “Vou ser breve Senhor Presidente, a mim o que me preocupa nesta história do PS, põe sempre a questão da dicotomia, nós é que fazemos os outros não fazem nada e estamos nisto, e a educação não é isto, fazer propaganda é fácil. Mas gostaria de me centrar na educação e nos apoios que são dados à mesma, que é fundamental. Foi aberto agora no início do ano, o concurso para a requalificação da rede escolar o QREN, e, colocar a seguinte questão. “Em Viseu existem muitas escolas que estão sobrelotadas, onde à duplicação de horários, há muitos alunos e à vinte e dois milhões neste concurso, é como a abertura da caça, abre por um período rápido, fecha e depois abre, salvo erro em Janeiro e vai até trinta e um de Março e as candidaturas tem que ser feitas rapidamente, e dois dos critérios que existem neste Regulamento que permitem que os projectos sejam melhor ou pior pontuados e receberem financiamento dignificam duas situações: Eliminação dos regimes duplos no próprio estabelecimento ou nos estabelecimentos vizinhos, outro critério é a integração de mais um nível de ensino, bem nós temos as escolas como lhe disse algumas sobrelotadas, como é que se compagina a requalificação dessas escolas com estes critérios ou seja estes critérios obrigam a ter mais um grau de ensino, no fundo passavam para os centro educativos. Como é que é possível requalificar o actual parque existente com estes critérios, ou seja, para a Câmara de Viseu respondendo a estes critérios não pode concorrer a este concurso e é isso que me preocupa, isso é que é discutir educação, a discussão que nós somos bons ou piores não interessa para aqui, penso que é redundante, não acrescenta nada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder da seguinte forma: “Eu queria fazer duas notas prévias, uma nota



prévia, para dizer porque é que aceito a descentralização na educação, com todas estas chamadas de atenção que os Senhores me fizeram, que eu conheço muito bem, aceito a descentralização para fazer aquilo que o Governo da Nação não é capaz de fazer, é tão simples quanto isso, e aceito este desafio, que me é proposto de ter mais quatrocentos e quarenta e seis funcionários não docentes para fazer aquilo que os Senhores não são capazes de fazer, primeira coisa. A segunda coisa, este problema da educação, aqui a debate para desmistificar uma coisa que já andava há um tempo a causar alguma perturbação, que eram estas intervenções da Senhora Deputada. Para lhe dizer o seguinte, ficou demonstrado o interesse da bancada do seu partido na educação, eu trouxe aqui o tema educação para lhe dizer que não são os senhores proprietários deste tema, sabem menos disto que nós, e para lhe dizer que não temos medo de discutir qualquer assunto, foi por isso que eu trouxe isto aqui, sabe o que é que deu? A ampla discussão que a Senhora diz que é possível e que se congratulava, deu uma intervenção da sua bancada, repetidas vezes foi sempre a Senhora, veja lá, que ampla discussão a Senhora queria aqui, quem é que falou? Só falou a Senhora para dizer coisas que já sabia, veja lá que ampla discussão é que a Senhora queria aqui ... Não queria nada... Quando a gente traz aqui os assuntos que os Senhores não sabem, assumem uma pose de quem sabe muito destas coisas e depois não sabe nada. Eu trouxe aqui isto de propósito, para desmistificar que a Senhora não sabe nada do que vem para aqui querer dizer e portanto está aqui a ampla discussão, é uma discussão que fazemos a dois e podemos fazer quando quiser. Já agora deixe-me dizer uma outra coisa, e dar resposta, e ainda darei mais resposta sobre aquilo que disse. O Senhor Deputado Fernando Carlos pôs aqui o problema da subsidiariedade e da proximidade, e é por isso que nós somos a favor desta descentralização de competências, nós só aceitamos esta descentralização de competências baseado no conceito de proximidade. Os Senhores querem saber de uma coisa, acham que algum Governo sabe alguma coisa do que se passa na Escola Secundária Alves Martins para além de dar o dinheiro para pagar aos professores e aos funcionários, sabe alguma coisa? Sabe se o gradeamento está em ordem, ou se não está? Nós aceitamos este desafio porque queremos, porque a partir de agora nós acompanhamos muito mais a Escola Alves Martins, e mais, sabemos até de outro risco que os Senhores nem sequer sobrevalorizam, é que a partir de agora as pessoas vão à porta da Autarquia e nós estamos disponíveis para os ouvir, não vão à porta do Ministério, nem sabem onde é que o Ministério tem a sede! Não sabem, mas a partir de agora estão na sede da Autarquia, a solicitar, a reivindicar, a exigir e há quem se ponha neste papel, então é um presente, a gente agora devia-se pôr de fora. Não! Nós queremos-nos pôr dentro para dizer que nós fazemos melhor que o Governo, porque se não era muito melhor para nós dizermos, nós não queremos nada disto, e mais, está até disponível a possibilidade de assinarmos ou não o contrato, se eu quiser não há descentralização nenhuma em Viseu mas eu vou querê-la, para mostrar que vou fazer muito melhor, reivindicando naturalmente e requalificando. A minha Câmara, se calhar em vez de uma divisão arranjar-se um departamento, eu vou racionalizar estes quatrocentos e quarenta e seis funcionários, eu vou perguntar para que é que são precisos não sei quantos cozinheiros, e vou perguntar para que é que são precisos trinta guardas-nocturnos, isso eu vou fazer em nome da educação dos meus Municípios mais pequenitos que não têm nenhum apoio por parte do Ministério da Educação e portanto eu vou assumir este risco e peço aos Senhores Presidentes da Junta também para assumirem connosco este risco, nós vamos pôr isto no lugar e esta é a primeira nota prévia, depois dizer-lhe que vamos cumprir a “Carta Educativa” ao Senhor Deputado Fernando Carlos. Perguntara-me uma coisa e é bem simples fazer as contas, mas o Governo vai ter que dar resposta a isto. O Governo assumiu que era necessário que os Municípios tivessem “Carta Educativa” para financiar os investimentos, e vai ter que optar se quiser fazer mais metros ou mais centímetros no metro de Lisboa ou do Porto, se quer “Cartas Educativas” e se



quer Centros Educativos, querem saber qual é o panorama? Façam as contas que a gente não se engana como o outro quando estava a calcular o PIB. Querem saber como são as contas? Neste momento à para a zona centro cem milhões de euros, são cem Municípios é um milhão de euros por Município em moeda antiga duzentos mil contos, nós para este peditório já demos, eu dou dez vezes mais do que isso às minhas Juntas de Freguesia por ano e portanto vejam lá do que é que estamos a falar, nós vamos arranjar engenho e arte, mas vamos responsabilizar quem nos der o dinheiro para estes centros educativos, se houver dinheiro fazemos centros educativos, se não houver, vamos dizer de quem é a culpa e portanto quem está a estabelecer estas prioridades, sabe muito bem, se quer estas quartas, quintas travessias do Tejo, se quer ter os estabelecimentos com deve ser, vai dizer se quer mais um aeroporto ou se quer escolas, mas é quem vai dizer, nós assumimos a nossa responsabilidade mas não nos peçam para assumir a responsabilidade e desencantar o dinheiro que pelos vistos querem levar para o outro lado. Primeira resposta, eu não percebi uma coisa que disse, eu não sei eventualmente quem é que quer “engavetar e espartilhar”, eu pensei que o “engavetar” era outra coisa, mas “espartilhar”, “condicionar”, “chutar para canto”. A gente sabe quem é que “chuta para canto” as coisas, eu dava-lhe exemplos de golos na própria baliza é o que os Senhores marcam todos os dias, é que nem se quer manda a bola pela linha final, é por ela, mas dentro da própria baliza. O fluxo migratório, eu acho muita piada a esta questão, mas quem é que se tem queixado? A Senhora Deputada não sabe como é que são admitidos os alunos nas escolas de Viseu, nós percebemos isso, percebemos que eles venham com os pais, porque os Senhores fecham as aldeias, não fecham só as escolas, fecham as aldeias. Se não fechassem as aldeias os alunos estavam lá, Fecham aldeias, escolas, hospitais, maternidades, fecham tudo isto, é o Governo que fecha, os Senhores são especialistas em fecho-éclair, mais nada. Não venha com este tipo de insinuação. Outra coisa com que a senhora terminou que me deu vontade de rir, a escola de Ranhados como é que está? Então a Senhora pergunta-me a mim? Os Senhores puseram-na em PIDAC, tiraram-na de PIDAC, pediram-nos o terreno, têm o terreno, então a quem é que pergunta? Nós estamos à espera disso a não ser que haja outras coisas para aí os Senhores são especialistas... Isso há-de vir a seu tempo, ou haverá alguém interessado a que isto se atrase, a gente depois verá, nós não andamos aqui distraídos, nós estamos atentos a tudo Senhora Deputada. Não venha com este tipo de histórias, porque quem tem que explicar porque é que a escola básica de Ranhados está no ponto em que está são os Senhores, têm todos os pormenores na mão, avancem com isso nós estamos à espera, querem que eu vos apresente o terreno, a delimitação onde é, como é que é foi? Apresentado em cerimónia pública como disse o Senhor Professor, então os Senhores é que têm que ver como é que se resolve esse problema do financiamento. Achei muita piada a uma coisa que usou, a maioria acusa-a a bancada do Partido Socialista e remete para políticas nacionais e a Senhora não gostou, eu acho muito bem que não goste, mas também não tem o direito de assumir as políticas nacionais como sendo vossas, se não querem ser culpabilizados por as políticas nacionais com sinal negativo também não pode vir aqui dizer aquilo que disse, já agora deixe-me dar-lhe uma explicação que parece que tenho obrigação de a dar, sabe qual é a diferença entre Protocolo e descentralização de competências, sabe o que é que isso quer dizer? Mas eu vou explicar-lhe. Protocolo era aquilo que a gente fazia com a educação, quer dizer nem mais nem menos, que nós assumimos uma função que não é nossa, porque alguém nos pede para assumir esta função isto é o Protocolo. Por isso é que as Câmaras assumiam competências que não são nossas em nome de terceiros, assumimos o Inglês, as actividades de enriquecimento curricular, isto é que é protocolo. Se já fazemos aquilo que os Senhores não são capazes de fazer, fazemo-lo de competências próprias e assumimos a descentralização de competências por isso, fazemos então por direito aquilo que fazemos de facto, agora vir dizer que quem dá o dinheiro é o responsável por isto, é que do Governo só temos o dinheiro, quem organiza o



processo do Inglês, da actividade de enriquecimento curricular somos nós, mas estar a reduzir esta situação a dinheiro, qualquer dia vamos dizer que o Ponte sobre o Tejo é da Comissão Europeia, é de lá que vem a massa, são eles os donos, por amor de Deus. A Senhora Deputada tem tempo de aprender estas coisas, embora nos dêem os dinheiros o responsável somos nós por levar à prática o insucesso do enriquecimento curricular do Inglês ou o sucesso está dependente de nós, e nós não dizemos que não nos deram dinheiro, claro que deram. Quando um pai dá dinheiro a um filho para estudar em Coimbra ou Lisboa, ele dá o dinheiro mas não é responsável se o filho estuda ou não, isso é outra coisa, ele até pode gastar em outras coisas e não apresentar estudo nenhum, portanto não venha confundir essas coisas. O Senhor Professor Mateus teve a resposta, resposta que eu não sou capaz de lhe dar, nem o Partido do Governo sabe quando a escola começa, portanto vamos esperar, nós não os vamos deixar nem um bocadinho, tem que dar resposta para isto, lhe garanto, temos lá o terreno, a escola que falta implantar neste terreno que os Senhores nos andavam sempre a pedir, e portanto nós vamos esclarecer isto. O Deputado Joaquim Pedro pôs-me aqui uma questão e pediu-me respostas, para já deixe-me dizer-lhe uma coisa, é exactamente assim, estes alicerces de educação que tem sido tão mal levantados, se não fossem os cabouqueiros das Autarquias, já tinha caído tudo, completamente tudo, nós é que ainda vamos com algumas migalhas pondo aqui e pondo ali assentando os alicerces para que isto não caia. Mas falou-me uma coisa que foi a celebração de dois mil e cinco, sabe como é que apareceu este acordo? Este acordo apareceu numa tentativa, eu não percebo muito bem. O Senhor Primeiro Ministro informado convenientemente foi a um Congresso da Associação fazer um desafio sobre a descentralização de competências, estávamos em Dezembro de dois mil e cinco e nós aceitamo-la, percebemos a mensagem e percebemos que talvez nos quisessem encostar, nós dissemos sim senhor, vamos discutir isso com profundidade e nós aceitamos aquilo que for de aceitar, definidas as condições, estamos em dois mil e oito, estamos a falar da transferência de competências da educação que é um processo que tem um histórico extremamente longo e que já tinha muito trabalho feito, nomeadamente através de protocolos, porque nós não vamos largar transferências na área da saúde, e na segurança social, nós também fazemos melhor que o Governo nestas duas áreas e portanto nós não temos problema nenhum de assumir responsabilidades nessa área e não deixamos de fora. Quando tive a reunião com o Senhor Primeiro Ministro, exigi-lhe que também fizessemos negociações na área do ambiente e ordenamento do território para acabar com esta bagunçada toda, para acabar com estas situações de responsabilizarem as Autarquias por coisas que são sempre aprovadas nas CCDRs. Os Senhores conhecem alguma das situações algarvias que é tanto focada nos arranha-céus, que tenha sido aprovado na Câmara? Nem uma! Todas elas têm aprovação das CCDRs, como tutela, portanto o autarca se é responsável, muito mais é responsável quem passou o visto, quem homologou e quem autorizou, não há nenhuma, consultem isto, se há alguma destas aberrações que agora se fala que tenham só o dedo do Presidente da Câmara ou da Câmara! Não tem! Foram sujeitas à tutela, para esta se pronunciar, o responsável em última instância é a tutela. O atraso no QREN, já agora um pequeno esclarecimento, nós andamos neste momento fizemos até um comunicado, se calhar já ouviram sobre a necessidade do associativismo municipal, sabem o que é que está em jogo? Aqui há uns anos saiu uma Lei que era chamada desdenhosamente a Lei Relvas e que possibilitou comunidades urbanas, áreas metropolitanas e que este Governo pôs em banho-maria com toda a legitimidade, só que era preciso arranjar uma outra Lei do associativismo municipal, lei fundamental para a execução do QREN, os Senhores sabiam que a parte do QREN que diz respeito aos Concelhos aqui, são executados através de uma Associação, a nossa a Dão Lafões, associação coincidente com a número três, ainda não saiu a Lei do Associativismo Municipal e nós até sabemos que ela está pronta no Secretário de Estado mas passam



quintas-feiras onde há Conselhos de Ministros, não é sequer analisada nem aprovada, percebemos todos ,quem anda aqui um pouco atento, percebe o que é que quer isso, quanto mais demorado a Lei constituinte municipal, menos municípios através das suas associações ficam com capacidade para gerir o QREN. Já agora uma outra coisa para os menos atentos, a única possibilidade que as Autarquias têm de meter o bico no QREN é através destas Associações, a única forma de capturar investimentos, é a única forma de dizer os investimentos que venham por aqui por a contratualização são aqueles que fogem à voracidade do Governo e portanto se não sair esta Lei do associativismo, eu tenho aqui um comunicado que com certeza o conhecem também, e que terminava assim, só vos leio isto “Situação inadmissível, esperamos semana a semana e mais uma vez ontem o Conselho de Ministro não aprovou a Legislação”, isto é, quando sabemos que a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território tem um projecto pronto, percebeu-se que aliás se tinha comprometido entregar em Novembro do ano passado, quanto mais tempo passar mais tempo estão os Municípios sem possibilidade de executar o QREN e portanto como disse o Deputado Joaquim Pedro em vez do quadro ser de dois mil e sete a dois mil e treze, há-de ser daqui a pouco dois mil e nove a dois mil e treze, mas também percebemos quem anda aqui nestas coisas com verticalidade e atento sabe o que quer dizer dois mil e nove, percebemos isto, estamos todos. Deus quando andou a distribuir a inteligência, não passou só à vossa porta, nós também apanhamos a parte que nos dizia respeito, nós estamos atentos a isso. Senhor Presidente, sobre as questões que me foram colocadas sobre esta questão da educação, eu finalizaria dizendo isto:” Nós não temos nenhum problema, e pode esta Assembleia ficar descansada em debater qualquer tema que diga respeito ao Concelho, debatemos a educação por “motre próprio”, trouxe aqui há tempos a Acção Social, a política de Juventude e dentro de pouco tempo levar para os Senhores ficarem perfeitamente esclarecidos à discussão pública, que já está preparada sobre o que temos para o Centro Histórico, todos os assunto que eu achar fundamentais são trazidos para vos dar a possibilidade”. Espero sinceramente que a discussão para a próxima seja mais participada, ao contrário do que disse a Senhora Deputada, que tanto ansiava esta discussão para afinal estar sozinha”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Esgotamos o ponto um da Ordem de Trabalhos iríamos passar ao ponto dois “A posição e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão” e dava ao Senhor Presidente a palavra para apresentar a proposta. ---

- TRINTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para apresentar a proposta: “Muito rapidamente Senhor Presidente, demoro um segundo a apresentar isto, é uma alteração de ordem genérica, e que na nossa perspectiva o Concelho de Viseu e o executivo do Município, podia até aguardar algum tempo por esta Lei do associativismo que falei há pouco, aquilo que for introduzido e é necessário uma alteração que é proposta, vai com certeza, ser concertado a seguir com a Lei do associativismo municipal, de qualquer maneira, é um pedido de uma associação de que somos associados e que não temos a presidência, naturalmente, que pede esta alteração, nós vemos que esta alteração vem no bom sentido, mas possivelmente daqui por uns dias com a Lei do associativismo publicada, com certeza que ela poderá ser engolida por essa Lei, é apenas isto”. -----

MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar intervém da seguinte forma: “Eu pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, não tenho nenhum pedido de inscrição, então iríamos passar à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. Abre-se agora um período para os elementos do público usarem da palavra, tenho uma inscrição do nosso concidadão Fernando Bandeira Figueiredo a quem vou dar a palavra e tem cinco minutos para a sua intervenção”. -----



- **TRINTA E SEIS** – *Intervenção do Público* – **SENHOR FERNANDO BANDEIRA FIGUEIREDO** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu vou centrar os meus cinco minutos em três pontos: Uma pergunta, uma reflexão e um repto, que também quero lançar aqui. A pergunta é: Gostava de saber quando é que pretende fazer a discussão pública sobre o problema do Centro Histórico? Agora este então é para si directamente, na última Assembleia Municipal.... -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar intervém para esclarecer o seguinte: “Nos termos do Regimento e nos termos da Lei, o público tem direito a intervir e eu posso dar a palavra por cinco minutos a cada intervenção do público, portanto, o Senhor chega aqui e faz a sua intervenção.” De seguida dá novamente a palavra ao Senhor Fernando Bandeira Figueiredo, para prosseguir a sua intervenção. -----

- **SENHOR FERNANDO BANDEIRA FIGUEIREDO** – Usa novamente da palavra para prosseguir da seguinte forma: “Peço imensa desculpa, por não dominar bem estes parâmetros e de não saber estas coisas. A minha reflexão é sobre o ponto citado na última Assembleia Municipal, que foram umas frases que o Senhor Presidente da Câmara deu em resposta à intervenção de cidadãos na última Assembleia Municipal e que eu tomei como um caso pessoal. O Senhor Presidente da Câmara, disse na altura que conhecia o Fernando Figueiredo desde há muito tempo, desde novinho, sabia que se ele estivesse no Centro Histórico, que as coisas não estariam conforme estão e que também gostava de lhe dizer que era capaz de ser de bom tom, quando se pusesse nas coisas, se pusesse a tempo inteiro e as levasse até ao fim. Eu tomo isto como uma consideração sobre a “Livraria da Praça”. Efectivamente, fui sócio da “Livraria da Praça”, eu tomo as coisas como sendo a “Livraria da Praça”. A “Livraria da Praça”, para quem desconhece foi um fenómeno local e a nível nacional, está documentado, inclusivamente num artigo de jornal que o Senhor Presidente da Câmara costuma citar aqui e quando se falou: “Viseu melhor cidade ou não”, que era um estudo de um jornalista que faz um périplo pela Nacional Número Dois e que termina isso dizendo esse tal estudo, citando “Viseu como a tal cidade fantástica”, infelizmente um grande pólo da cidade em termos culturais, morre. Eu gostava de saber, qual foi a posição da Câmara face ao fenómeno “Livraria da Praça”. Não é ajudas de dinheiros, aquilo acaba no fim, ou seja, acaba quando os sócios resolvem acabar e aqui não há jogo de semântica absolutamente nenhum. Entretanto, qual foi a posição da Câmara? A Câmara nunca apareceu em cento e sessenta eventos em que trouxemos as grandes personalidades da cultura e da ciência deste País. Inclusivamente aqui à livraria nunca lá puseram os pés, nunca tiveram uma atitude pró activa em relação ao fenómeno “Livraria da Praça”. Depois sou confrontado aqui com uma opinião que tomo como pessoal, ou seja, isto para chegar ao ponto da política cultural da Câmara. A Câmara não tem nenhuma política cultural para esta cidade. Vou dar um outro exemplo, que agora não tem nada a ver com a “Livraria da Praça”, tem a ver com a “Galeria Alves Henriques”, ou António Henriques, peço desculpa. É um fenómeno também nesta cidade, é um fenómeno de uma galeria que vai pela primeira vez à ARCO, uma das maiores feiras do mundo em arte contemporânea. Tem trazido a Viseu os grandes actores e os grandes protagonistas da arte contemporânea, nunca vi lá nas inaugurações das várias exposições que a galeria levou a cabo, a Vereação da Cultura. Como cidadão que leio as notícias, vi na comunicação social, que a Câmara gostava de fazer na Quinta da Cruz uma Serralves para Viseu. Isto é algo estranho. A minha intervenção era apenas neste sentido, era perceber qual era a política cultural da Câmara. Numa cidade como a nossa, a Câmara tem que ser um “móbil”. Se fosse uma cidade extremamente capaz e extremamente pujante em termos culturais, tinha que ser o “castrol”, não sei percebem a ironia e o que eu quero dizer, “móbil” como primeiro motor, se já tivéssemos uma coisa a andar, em que tivesse massa crítica em termos culturais, a Câmara tinha que ser um lubrificante a agilizar as coisas. Em relação à “Livraria da Praça”, que eu tomo com aquelas palavras do



Senhor Presidente, como sendo directamente à “Livraria da Praça”, porque é a única coisa pública em que me manifesto, de resto não faz a mínima ideia do que é que eu faço neste preciso momento, por isso, presumo que tenha sido da livraria, se não foi peço imensa desculpa, mas gostaria que reflectisse com a Assembleia Municipal e as pessoas que cá estão que reflectissem sobre isto, sobre um fenómeno que acontece em Viseu e que a Edilidade não se manifesta. Mais, a minha posição, só para terminar e o meu repto é este: O Senhor Presidente diz que me conhece desde pequenino e sabe que no que eu me meto, que levava as coisas até ao fim. Em termos de política cultural da Câmara, eu acho nula nestes dezoito anos, nula ou muito perto do nulo. O meu repto é este: Não sei se o Senhor Presidente se vai candidatar ou não à próxima Assembleia, à próxima Câmara, mas se for, tem aqui um cidadão que está disposto a integrar as suas listas e me ponha como Vereador da Cultura. Eu vou mostrar-lhe o que é que nós fazemos pela cidade. Nós no plural e acaba o seu mandato de vinte e tal anos... Eu vou mostrar-lhe o que é que se consegue fazer. O seu Pelouro da Cultura é mau! Eu peço imensa desculpa de o dizer, não é nada pessoal contra o Senhor Doutor Moreira, é apenas uma crítica. A minha reflexão é esta.” -

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Nos termos Regimentais, se o Senhor Presidente da Câmara o entender pode prestar esclarecimentos. Tem a palavra Senhor Presidente da Câmara.” -----

- TRINTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - Usa da palavra para responder ao que lhe foi colocado, da seguinte forma: “Só gostava que o cidadão Fernando Figueiredo, tomasse atenção. Oh Senhor Presidente, eu não tenho por hábito e vou fazer mais uma excepção, a última que faço. Naturalmente que as perguntas da Assembleia, neste período são dirigidas ao Presidente da Assembleia, a Câmara tem também Sessões Públicas, aonde os cidadãos podem também colocar as questões. Quando são colocadas directamente ao Presidente e à Câmara, devem ser nas Sessões Públicas da Câmara, mas deixe-me fazer só duas considerações e eu gostaria também de convidar esta Assembleia a que o faça. Eu recordo-me muito bem daquilo que foi dito na Assembleia Municipal anterior e que depois vi no jornal, num artigo de um articulista, que sempre aproveita para me ofender, para me maltratar, esta versão que ouvi agora aqui. Eu desafio os Senhores Deputados a verem se alguma vez o Fernando Ruas, Presidente da Câmara de Viseu, falou na “Livraria da Praça”. Aquilo a que dei resposta foi a uma afirmação do género desta última com que o Senhor cidadão Fernando Figueiredo concluiu: Foi dizer comigo, como Presidente da Câmara Fernando Figueiredo, o Centro Histórico não estava assim. Foi assim, podem consultar e eu dei resposta a isso apenas. A questão da “Livraria da Praça”, é trazida agora aqui, não há nenhuma referência pela minha parte, isso também é sintomático. Mas já agora dizer o seguinte: A “Livraria da Praça” é tratada como foi tratada a “Livraria Pretexto”, ou qualquer outra. Nós não somos sócios de nenhuma livraria e portanto, tratamo-la como tratamos todas as outras. A “Livraria Pretexto” fez o seu percurso, as outras livrarias fazem o seu percurso. É da responsabilidade dos sócios o nascimento, quase que parafraseava aí um cidadão que está muito na moda, tem vida própria também as empresas e portanto, quem as concebeu que as alimente, quem as matou que se responsabilize. Não temos nem nenhuma responsabilidade no nascimento da empresa, nem temos nenhuma responsabilidade na sua morte. Só por consideração que ainda mantenho pelo cidadão, que conheço desde miúdo, mas isso é um pormenor, não vou voltar a dar respostas neste registo. Quanto à oferta, eu costumo escolher bem os meus colaboradores, portanto, não sei se sou candidato, quando for eu sei bem aonde é que estão os Vereadores da Cultura. Isto não é sardinha e portanto, não estou habituado a que me enviem as coisas para a frente, a oferecerem-se, eu colherei a aba se poder e não vou escolher mais coisa nenhuma.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: “Está encerrada a nossa Sessão, muito obrigado pela vossa participação.” A Sessão encerrou às treze horas e



quinze minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)